



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

1. PREÂMBULO:

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão na forma Eletrônico**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam as definições e demais legislação aplicável.

1.1. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.1.2. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Data: **26 de setembro de 2025.**

Horário da Sessão: **16h00min (Horário de Brasília)**

Local: **<https://licitanet.com.br/>**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço Por Lote**

MODO DE DISPUTA: **Aberto**

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Quijingue, conforme especificações constantes deste Termo de Referência**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

2.2. A licitação será dividida em grupos, formados **por itens**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem do seu interesse.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.8. Sociedades cooperativas.

3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

3.4.1.1.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Quijingue/BA, e empresas regionais aquelas situadas na microrregião do Semi Árido Nordeste.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

3.7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:

3.7.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.7.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.7.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.7.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.7.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.7.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.7.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.8. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.8.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.8.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.8.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.8.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.8.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.8.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, PDF'S originais dos órgãos emissores em formato "PDF". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irrevogável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

5.7. O (A) Licitante vencedor(a) do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a PLANILHA DE CUSTO, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo www.licitanet.com.br, não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **UNITÁRIO DO LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15.3., poderão os licitantes que



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

6.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.12. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

(a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

(b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

(c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

(d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

(a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

(b) Empresas brasileiras;

(c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

(d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.22.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma**.

6.15.22.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do LICITANET – www.licitanet.com.br após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado **a partir das 08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.22.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo item, e convocação da empresa remanescente;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.15.22.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.23. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, será considerada pelo pregoeiro, para que comprove:

7.17.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.17.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar também a proposta final em arquivo editável (**necessariamente nas extensões DOC, DOCX, XLS OU XLSX**), sob pena de desclassificação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas**, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009), **será declarada inabilitada para continuar no processo licitatório, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.**

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001**, que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (hash) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

10. DOS RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no [sítio eletrônico https://www.licitanet.com.br](https://www.licitanet.com.br).

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUI

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, rerepresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) www.licitanet.com.br;

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

15.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

15.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.13.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

15.13.2. ANEXO II – Termo de Referência

15.13.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

15.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços

15.13.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

15.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

15.13.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

***15.13.8. ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preço
Quijingue/BA, em 15 de setembro de 2025.***

José Romero Rocha Matos Filho

Prefeito Municipal de Quijingue

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, conforme Art. 5º, Inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, através do processo de planejamento busca-se identificar a necessidade, além das alternativas de intervenção governamental, ou seja, o interesse de público envolvido, bem como as possíveis soluções disponíveis, visando adotar com maior vantajosidade para a Administração, objetivando garantir o emprego dos recursos públicos de forma eficaz e eficiente e, conseqüentemente, a resolução da demanda com qualidade.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto Nº 11.4621/2023 necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não foi possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços disponibilizá-los por 12 meses, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens;

O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, por limitações orçamentárias, a contratação pode não se dar de forma imediata" sendo



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

necessário o aguardo da disponibilidade orçamentária para a efetivação da contratação de todos os itens. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema ou seja atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a urgência da ata que será de 12 meses, podendo ampliar o número de contratados até o limite do registrado, tornando mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento, racionalizando a força de trabalho, bem como os dispêndios em um curto espaço de tempo, sem ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito do órgão.

Além disso, as Atas de Registro de Preços também podem ser compartilhadas entre diferentes órgãos públicos, o que diminui os custos com as compras públicas, ao mesmo tempo que aumenta as chances de empresários fornecerem para o governo.

O SRP, segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, "apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública". Tal o é que, diante de situação que se amolde as hipóteses previstas no art. 3º do Regulamento, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica utilizando-se o Sistema de Registro de Preço, haja vista tratar-se de contratação de fornecimento de bens comuns e que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens- para contratações futuras.

2- INFORMAÇÕES GERAIS:

DO FUNDAMENTO LEGAL:

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021, DA LEGISLAÇÃO CORRELATA E DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, DECRETO MUNICIPAL Nº 249 DE 03 DE MARÇO DE 2022, DECRETO MUNICIPAL Nº 460 DE 17 DE JANEIRO DE 2024 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 81 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE BRINQUEDOTECA



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PEDAGÓGICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE/BA.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

SAMUEL DE MATOS BARRETO - MATRÍCULA Nº 211326 – (REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – COORDENADOR DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO);

WELLYNGTON BARBOSA PORTUGAL - MATRÍCULA Nº 211323 (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO);

3- NATUREZA E FINALIDADE DA AQUISIÇÃO:

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

O Município de Quijingue prima pelo pleno cumprimento das disposições constitucionais onde a educação é direito fundamental. Ademais a Carta Magna de 1988, fez da educação um direito público indisponível e imprescritível, em razão dessa nova colocação destacamos do texto constitucional:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [...]

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A presente aquisição tem por natureza a contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica, destinados a atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Quijingue/BA.

A finalidade da contratação é proporcionar ambientes lúdicos e educativos nas unidades escolares da rede municipal, assegurando o acesso dos alunos a recursos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as diretrizes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

A implementação e manutenção das brinquedotecas pedagógicas têm como objetivo estimular a criatividade, a socialização, a resolução de problemas e a aprendizagem significativa, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem por meio de metodologias ativas e



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

inclusivas. A aquisição de materiais de forma parcelada possibilita melhor gestão orçamentária e logística, garantindo o atendimento contínuo das demandas educacionais ao longo do exercício.

Portanto, a contratação justifica-se pela necessidade de qualificar os espaços escolares, valorizar o protagonismo infantil e assegurar condições adequadas para a formação integral dos estudantes, atendendo ao interesse público e às políticas de melhoria da qualidade da educação municipal.

Essa contratação é fundamental para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Município de Quijingue no que tange à qualificação e modernização da educação básica em suas redes de ensino.

A demanda por projetos pedagógicos especializados surge da constante necessidade de aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e da busca por metodologias inovadoras que atendam às diretrizes curriculares nacionais e às especificidades regionais de cada município. Projetos pedagógicos bem estruturados são ferramentas essenciais para:

Padronizar e elevar a qualidade da educação: garantindo que as práticas pedagógicas estejam alinhadas às melhores referências e às necessidades dos alunos.

Promover a inovação e a atualização curricular: incorporando novas tecnologias, abordagens e temas relevantes para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Apoiar os educadores: fornecendo-lhes subsídios teóricos e práticos para aprimorar suas metodologias e planejamentos de aula.

Otimizar recursos: ao oferecer projetos prontos e adaptáveis, evita-se que cada município desenvolva sua própria solução do zero, gerando economia de tempo e recursos humanos.

Garantir a conformidade legal: assegurando que os projetos pedagógicos estejam em consonância com a legislação educacional vigente.

A contratação por meio de Registro de Preços demonstra ser a modalidade mais vantajosa para o Município de Quijingue, pois permite a flexibilidade na aquisição dos projetos pedagógicos conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária, sem a necessidade de um contrato com volumes pré-determinados. Além disso, fomenta a competição entre os fornecedores, buscando as melhores propostas em termos de qualidade e preço.

A diversidade de realidades e necessidades reforça a importância de se ter acesso a uma gama variada de projetos pedagógicos, capazes de atender a diferentes níveis de ensino, disciplinas



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

e abordagens. Dessa forma, a presente licitação se justifica pela necessidade de garantir o acesso a soluções educacionais de alta qualidade, que contribuirão diretamente para o desenvolvimento social e educacional do Município de Quijingue.

Cada uma das etapas da educação básica possui objetivos próprios e formas de organização diversas.

No Brasil, os municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, ou seja: creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil); 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (7 a 14 anos).

A novidade apareceu em 2016 que os municípios agora são obrigados por lei a matricular todas as crianças a partir de 4 anos na pré-escola. Mas não basta oferecer as vagas nas escolas, é preciso que a educação oferecida pelos Municípios seja de qualidade, estimulante e capaz de desenvolver habilidades importantes como talentos e valores diversos.

Nesse sentido toda a literatura pedagógica, vejamos:

“Uma educação que se preocupa com a formação de um indivíduo crítico, responsável e atuante na sociedade está muito alinhada a uma época em que as trocas sociais acontecem rapidamente, seja através da leitura, da escrita, da linguagem oral ou visual. Dessa forma, a escola deve conhecer e desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita, bem como o contato com jogos educativos.”

“A prática educacional não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos, mas, acredito, que sem ela, jamais haverá transformação social. Ela consegue dar às pessoas maior clareza para “lerem o mundo”.

Ao inserir a literatura e os jogos educativos na vida da criança, desde bebês, os educadores ajudarão no processo de desenvolvimento emocional e na capacidade de expressar melhor suas ideias. O que se percebe, porém, é que a literatura, bem como toda a cultura criadora e questionadora, não está sendo explorada como deve nas escolas.

Como o objetivo é uma educação de qualidade, temos que oferecer para esse público com características singulares, que estão formando o gosto pela leitura, desenvolvendo o prazer pela descoberta de outros mundos, ainda pautados pela proximidade com o mundo simbólico das fantasias e das brincadeiras e que precisam ter oportunidade de acessar acervos adequados a sua faixa etária e com conteúdo diversificado.

Importante, ressaltarmos que os municípios ainda têm diversas obrigações legais que determinam a tratativa de diversos temas como uso de drogas, discussões de raça, obesidade, inclusão entre outros que serão descritos nos itens planejados. por isso que o livro e os brinquedos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

pedagógicos / educativos formam e, ao mesmo tempo, informam a criança sem perder a ludicidade. Isto implica num grande desafio aos educadores, pedagogos, bibliotecários e demais profissionais que atuam como mediadores de leitura. Para fortalecer e criar novas estratégias, os espaços dedicados às crianças as brinquedotecas e os kits pedagógicos são fundamentais, já que agregam potencialidades práticas, além de parâmetros teóricos.

Para tanto, é necessário que o material seja inovador sempre atentando às novas ferramentas de aprendizagem, assim como suplemento ao desenvolvimento de critérios e conceitos artísticos e culturais, bem como uma ferramenta de sucesso inquestionável para os profissionais envolvidos no processo educativo.

Apesar de tamanha relevância, muitos municípios não dispõem de acervos adequados para disponibilizar e outros precisam atualizar o que tem, inserir novos títulos, temas e até a forma de apresentação do acervo de forma adequada a faixa etária e aos currículos obrigatórios para cada ano de aprendizagem.

Isto porque até muito pouco tempo atrás, as crianças em idade mais tenra ofereciam preocupações mais restritas aos cuidados gerais: higiene, limpeza e alimentação, ao revés hoje, o que temos é a priorização das propostas pedagógicas voltadas para os pequeninos, uma vez que os estudiosos apontam que essas primeiras lições advindas da mais tenra idade são fundamentais para o desenvolvimento saudável e pleno.

Em razão dessas premissas: oferecimento de educação de qualidade e os recursos disponibilizados pelos agentes financiadores e visando a economicidade justifica-se a realização do certame.

Os itens que serão registrados são de extrema relevância e referem-se às diversas faixas etárias, conforme solicitado pelo Município, e também expostos nas solicitações de demandas.

4- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A Rede Municipal de Ensino de Quijingue/BA necessita de materiais pedagógicos específicos para equipar e ampliar suas brinquedotecas escolares, de modo a oferecer suporte às práticas pedagógicas que integram o brincar como ferramenta essencial de aprendizagem.

Esses materiais são fundamentais para:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Promover o desenvolvimento integral das crianças;
Incentivar a socialização, a cooperação e o protagonismo infantil;

Apoiar o trabalho docente por meio de metodologias ativas;
Tornar o ambiente escolar mais atrativo, inclusivo e funcional;
Atender às demandas crescentes de escolas da sede e da zona rural.

Considerando que o uso contínuo gera desgaste natural e que há a necessidade de ampliação e reposição periódica, a aquisição parcelada se revela a forma mais adequada, garantindo eficiência na aplicação dos recursos públicos e atendimento constante das demandas educacionais.

5- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL:

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O Plano Anual - PA é um instrumento gerencial que permite especificar o detalhamento das ações em termos de produto, responsáveis, prazos, tarefas, insumos e custos necessários para a entrega das metas físicas anuais, compondo os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual (LOA). É um instrumento de planejamento tático/operacional que contribui para que o Orçamento Público cumpra com sua finalidade de planejamento de curto prazo, contribuindo ainda para que as decisões de alocação de dotações orçamentárias sejam orientadas para atingir objetivos previamente estabelecidos.

Porém, para o presente exercício este município não adotou PCA como instrumento básico de planejamento, mas a referida necessidade se encontra devidamente planejada diante das demandas a serem atendidas e que o PCA para o exercício seguinte já se encontra em construção.

6- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A contratação deverá observar os seguintes requisitos essenciais para assegurar a qualidade, segurança e funcionalidade dos materiais a serem fornecidos:

Especificações técnicas e qualidade dos materiais



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Materiais de brinquedoteca pedagógica novos, adequados às faixas etárias atendidas pela Rede Municipal de Ensino;

Produtos confeccionados com materiais atóxicos, resistentes e que atendam às normas de segurança aplicáveis (ex.: ABNT/NBR de segurança para brinquedos);

Itens que contemplem diversidade de atividades lúdicas (cognitivas, motoras, simbólicas, artísticas e socioemocionais).

Condições de fornecimento

Entrega parcelada, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, atendendo às demandas das escolas da sede e da zona rural;

Embalagem adequada para evitar danos durante o transporte e o manuseio;

Garantia mínima de qualidade e reposição em caso de defeitos de fabricação.

Requisitos administrativos e legais

Empresa contratada devidamente registrada e habilitada para fornecimento dos materiais;

Apresentação de documentação fiscal e trabalhista regular, em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021);

Cumprimento integral das cláusulas contratuais, especialmente quanto a prazos de entrega e condições de pagamento.

Aspectos pedagógicos

Materiais que favoreçam práticas inclusivas, atendendo crianças com diferentes níveis de aprendizagem e necessidades educacionais específicas;

Compatibilidade dos itens com os objetivos pedagógicos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

Potencial de integração às metodologias ativas de ensino-aprendizagem, com foco na ludicidade e no protagonismo infantil.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O quantitativo dos livros didáticos específicos se baseia nas quantidades de escolas municipais e no número de alunos matriculados em 2025 e com base nos alunos matriculados. Visto que o fluxo de matrículas está bastante dinâmico, projetamos uma reserva técnica em



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

torno de 30%, considerando o recebimento de novos alunos no biênio 2026-2027.

8- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

a) Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) Ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

c) Para atender a demanda objeto desta contratação, e tendo em vista os tipos de soluções disponíveis no mercado, coube a Secretaria Municipal de Educação buscar os meios, e ferramentas possíveis para a escolha do melhor material que apresente aspectos de conveniência, economicidade e custo-benefício e qualidade do material.

Assim a solução escolhida foi à realização de contatos e consultas junto a representantes de editoras, com visualização de propostas e análises dessas, observando os aspectos já mencionados.

Para o fornecimento do objeto existem um número significativo de fornecedores existentes no mercado nacional, regional e local, que oferecem os itens em estudo dentro das especificações solicitadas.

A Pesquisa de Preços para estimativa do valor médio global a ser aceito na licitação terá por base um Mapa de Preços a ser elaborado, com base na Instrução Normativa SEGES/ME no 65 de 07 de julho de 2021 do Ministério da Economia. A priori, cumpre informar que foi necessária a coleta de preços através da pesquisa direta com fornecedores por tratar-se de itens customizado, o que inviabiliza sua pesquisa via internet ou através de notas fiscais eletrônicas e restringe a pesquisa em contratações similares feitas pela Administração Pública. Os fornecedores contatados para a coleta de preço de forma direta, trata-se de empresas com ampla experiência em fornecer para órgãos públicos e realizar vendas de grande quantidade. Ademais, trata-se de empresas que permitem um mapeamento do valor de mercado dos itens a serem adquiridos.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

As comprovações das pesquisas de preços será parte integrante desse instrumento.

A solução para a eventual contratação de serviços a serem prestados na aquisição de livros didáticos específicos, destinados aos alunos da rede pública de ensino alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Quijingue/BA, se dará através de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE, preservando dessa forma a competitividade.

8.1- DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO “PREGÃO ELETRÔNICO”

A escolha da modalidade “Pregão Eletrônico” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O Pregão Eletrônico caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 6, inciso XLI, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

8.2- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO”

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Pregão Eletrônico para contratação de bens e serviços comuns, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) Menor preço;
- b) Maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de MENOR PREÇO.

A escolha do tipo "Menor Preço" se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de maior desconto, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.3- DO FRACIONAMENTO DO LOTE

O fracionamento do objeto em lotes distintos apresenta-se como medida necessária e vantajosa para a Administração Pública, considerando as características do objeto a ser licitado e a necessidade de assegurar maior competitividade, economicidade e eficiência na contratação.

Ao dividir o objeto em lotes, busca-se:

Ampliar a participação de fornecedores

Possibilitar que empresas de menor porte, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte, possam concorrer em condições de igualdade, atendendo ao princípio da isonomia e ao incentivo à participação da ampla concorrência, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

Adequação às especificidades do objeto

O objeto possui itens com características técnicas e finalidades distintas, que demandam fornecimento segmentado para garantir a qualidade e a adequada execução contratual.

O agrupamento por lotes permite a Administração melhor gestão do fornecimento, assegurando que cada lote seja atendido por fornecedores especializados no respectivo segmento.

Gestão orçamentária e logística

A divisão por lotes viabiliza maior controle da execução, permitindo que as entregas sejam direcionadas às unidades ou setores demandantes de forma mais organizada.

Facilita a adequação ao planejamento orçamentário, já que a Administração poderá contratar somente os lotes efetivamente necessários.

Atendimento ao interesse público

A medida evita concentração de mercado e reduz riscos de desabastecimento decorrentes de eventual inadimplemento por parte de um único fornecedor.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Promove maior eficiência administrativa, garantindo que os materiais/serviços sejam fornecidos com qualidade e em conformidade com as necessidades específicas de cada unidade gestora.

Portanto, o fracionamento do objeto por lotes encontra respaldo nos princípios da isonomia, competitividade, eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como prática legítima e necessária para assegurar a melhor contratação possível pela Administração Municipal.

8.4- DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida subcontratação.

9- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

A Estimativa preliminar do preço para a futura contratação, fora realizada com base nos parâmetros da IN 65/2021 SEGES, na plataforma de preços públicos, Banco de Preços. Essa estimativa de preços preliminar visa à escolha da melhor solução para a contratação e à análise de sua viabilidade. O orçamento estimativo final para a contratação irá compor o Termo de Referência. Portanto, o valor estimado total para Contratação foi de **R\$ 2.423.166,70 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e sessenta e seis reais e setenta centavos).**

10- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica, mediante especificações técnicas compatíveis com padrões de segurança, qualidade e adequação pedagógica.

O fornecimento parcelado permitirá:

Planejamento orçamentário equilibrado ao longo do exercício;

Reposição e ampliação contínua de materiais conforme demanda real das escolas;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Atendimento às necessidades tanto das escolas da sede quanto da zona rural;

Garantia de materiais certificados e apropriados ao uso pedagógico infantil.

A solução contempla, portanto, a aquisição de materiais que favoreçam a construção de espaços educativos inovadores, alinhados às políticas públicas de educação, visando à melhoria da qualidade do ensino e ao fortalecimento da aprendizagem significativa.

11- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Com a contratação para fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica destinados à Rede Municipal de Ensino de Quijingue/BA, a Administração espera alcançar os seguintes resultados:

Melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem

Favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes por meio de práticas pedagógicas lúdicas que estimulem a criatividade, a socialização, o raciocínio lógico, a coordenação motora e a resolução de problemas.

Implantação e fortalecimento das brinquedotecas escolares

Equipar e ampliar espaços pedagógicos já existentes e criar novas possibilidades de ambientes de aprendizagem ativa nas escolas da sede e da zona rural, garantindo condições adequadas para o brincar educativo.

Apoio ao trabalho docente

Disponibilizar ferramentas pedagógicas que ampliem a capacidade dos professores em desenvolver metodologias inovadoras e ativas, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Promoção da inclusão e da equidade educacional

Assegurar que todos os estudantes, inclusive aqueles com necessidades educacionais específicas, tenham acesso a materiais diversificados e adequados, reduzindo desigualdades de aprendizagem.

Gestão eficiente e sustentável dos recursos públicos

Realizar a aquisição de forma parcelada, permitindo melhor planejamento financeiro, maior controle logístico e adequação contínua às demandas reais da rede municipal de ensino.

Atendimento ao interesse público e às políticas educacionais



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Concretizar a missão institucional da Secretaria Municipal de Educação de Quijingue, fortalecendo a política pública de educação inclusiva, participativa e de qualidade.

12- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Aprovação do Termo de referência;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento do Pregão Eletrônico execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Termo de referência e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.

c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

13- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art.).

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

14- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Conclui-se que a **Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Quijingue**. Conforme amplamente descrita neste Estudo Técnico Preliminar, na modalidade sugerida de PREGÃO ELETRÔNICO será a maneira mais viável dentro das explicações técnicas, econômicas e de mercado elencadas para mitigar as demandas da Prefeitura Municipal de Quijingue - Bahia. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Quijingue/BA, em 15 de setembro de 2025.

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Quijingue, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR ORÇADO
1	PROJETO PEDAGÓGICO - BIBLIOTECA MÓVEL PILARES DA EDUCAÇÃO - ESPAÇO LÚDICO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO PARA CRECHES E EDUCAÇÃO INFANTIL AMBIENTE ESPECIALMENTE PROJETADO PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS, PROMOVENDO APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS POR MEIO DO BRINCAR, FORMADO POR MANUAL TÉCNICO PEDAGÓGICO DE AUTORIA DE GEOVANA MUNIZ, REGISTRADO COM ISBN: 978-85-98558-547, NO FORMATO DE 210X280 MM, 32 PÁGINAS. ACERVO ESPECIAL FORMADO POR 4 (QUATRO) LIVROS COM RODAS COM ACABAMENTO CATONADO E RICAMENTE ILUSTRADOS NOS SEGUINTE TÍTULOS: VAMOS À FESTA DE ANIVERSÁRIO, COM 10 PÁGINAS, CORTE ESPECIAL EM FORMA DE ÔNIBUS NO TAMANHO DE 260X140 MM COM 4 RODAS FEITAS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ISBN:9788555582424. VAMOS PASSAR NA CIDADE, COM 10 PÁGINAS, CORTE ESPECIAL EM FORMA DE ÔNIBUS NO TAMANHO DE 260X140 MM COM 4 RODAS FEITAS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ISBN:9788555582413. VAMOS À FESTA MUSICAL, COM 10 PÁGINAS, CORTE ESPECIAL EM FORMA DE ÔNIBUS NO	UNID	15	R\$ 20.100,00



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

<p>TAMANHO DE 260X140 MM COM 4 RODAS FEITAS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ISBN:9788555582417. VAMOS AO ZOOLOGICO, COM 10 PÁGINAS, CORTE ESPECIAL EM FORMA DE ÔNIBUS NO TAMANHO DE 260X140 MM COM 4 RODAS FEITAS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ISBN:9788555582400. LIVROS DE BANHO COM CHEIRO DA SÉRIE BEBÊ GENIAL, BILINGUE, SENDO ELES: CHEIRINHO DE FRUTAS, NO FORMATO 140X140 MM, 6 PÁGINAS, ISBN:9788555582455, MATERIAL ATÓXICO E MALEÁVEL. CHEIRINHO DE FLORES, NO FORMATO 140X140 MM, 6 PÁGINAS, ISBN:9788555582448, MATERIAL ATÓXICO E MALEÁVEL. CHEIRINHO DE GULOSEIMAS, NO FORMATO 140X140 MM, 6 PÁGINAS, ISBN:9788555582479, MATERIAL ATÓXICO E MALEÁVEL. CHEIRINHO DE VEGETAIS, NO FORMATO 140X140 MM, 6 PÁGINAS, ISBN:9788555582462, MATERIAL ATÓXICO E MALEÁVEL. MAIS ACERVO DE LIVROS INFANTIS COM 40 LIVROS DIVIDIDOS POR: LIVROS POP-UPS, LIVROS SONOROS, LIVROS COM TEXTURAS, LIVROS CLÁSSICOS INFANTIS, LIVROS QUEBRA-CABEÇAS, LIVRO DE JOGOS E BRINCADEIRAS. 1(UMA) TOCA 3 EM 1 TAMANHO: ALT 1,14 CM BASE 1,13CM X 1,13CM FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 4 ANOS. CONTÉM: 150 BOLINHAS EM PLÁSTICO ATÓXICO. ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO. 1(UM) PULA PULA CAVALINHO FEITO EM MATERIAL DE BORRACHA LAVÁVEL, ANTIALÉRGICO, CORPO EM BORRACHA MUITO RESISTENTE. TAMANHO: A55CM L33CM C56CM FAIXA ETÁRIA: 1 A 3 ANOS. 1(UM) KIT MONTA TUDO. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE. FAIXA ETÁRIA: RECOMENDADO PARA TODAS AS IDADES. TOTAL DE PEÇAS: 64 –</p>			
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	ACONDICIONADO EM BOLSA PLÁSTICA. 1(UM) BLOCOS BIG CONSTRUTOR COM 24 PEÇAS, FEITA EM MATERIAL DE ESPUMA REVESTIDA COM TECIDO ANTIALÉRGICO. PEÇAS NO TAMANHO: A.31CM L.27CM C.37CM. 1(UM) ALFABETO ILUSTRADO COLORIDO FEITO EM MATERIAL DE EVA COM 26 PLACAS NO FORMATO DE 21 X 21 X 10CM.1(UM) ARAMADO EDUCATIVO ARAMADO EDUCATIVO CONFECCIONADO EM MADEIRA, NO FORMATO DE 26 X 20 X 20 CM, PESANDO EM MÉDIA 400 GR.1(UM) PLAYGROUND.INFNIL CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO. TAMANHO A.77CM L.135CM C.69CM, COLORIDO.2 PUFF'S INFANTIS CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, RECOMENDADO PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS. PRODUTO NÃO MACHUCA (É REVESTIDO DE ESPUMA), COM 24 CM DE ALTURA, 22 CM DE LARGURA E 26 DE PROFUNDIDADE.1(UM) TAPETE DE TAPETE EM EVA.NO FORMATO DE 1,90X1,90 CM, POSSUE 26 PEÇAS, UMA PARA CADA LETRA DO ALFABETO. 1(UM) BAÚ. FEITO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO. TAMANHO A.51,4CM L.37,2CM C.51,4CM. DESCRIÇÃO: CAPACIDADE APROXIMADA DE 15KG. MATERIAL LAVÁVEL E ANTIALÉRGICO. 1(UM) KIT DE DADOS PEDAGÓGICOS CONFECCIONADO EM MATERIAL: ESPUMA REVESTIDA COM TECIDO ANTIALÉRGICO. TAMANHO: 20X20CM QUANTIDADE: 9 DADOS.			
2	ESPAÇO EDUCATIVO MONTESSORIANO – BEBÊ GENIAL - CONJUNTO PEDAGÓGICO MONTESSORIANO PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, AMBIENTE ESPECIALMENTE PROJETADO PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DENTRO DOS	UNID	22	R\$ 30.000,00



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

<p>PILARES DA EDUCAÇÃO MONTESSORIANA AUTOEDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO COMO CIÊNCIA, EDUCAÇÃO CÓSMICA, AMBIENTE PREPARADO, CRIANÇA EQUILIBRADA E ADULTO PREPARADO.FORMADO POR MANUAL TÉCNICO PEDAGÓGICO DE AUTORIA DE GEOVANA MUNIZ, REGISTRADO COM ISBN: 978-85-5558-333-9. , NO FORMATO DE 210X280 MM, 32 PÁGINAS.1(UMA) CASINHA PSICOMOTORA INTERATIVA, 1(UMA) CASINHA PSICOMOTORA INTERATIVA, PRODUZIDA EM MDF 6MM ADESIVADO EM ADESIVO 1º LINHA VINIL MONOMERICO COM IMPRESSÃO DIGITAL 1400DPIS. NA PARTE EXTERNA TEMOS DIVERSOS JOGOS PEDAGOGICO EM MDF COM FIXAÇÃO EM VELCRO NO FORMATO DE ALTURA: 90CM LARGURA: 50CM E PROFUNDIDADE: 60CM. ACERVO DE 120 LIVROS ACERVO ESPECIAL PAE EDITORA FORMADOS POR 1 COLEÇÃO DE 20 LIVROS FUNDAMENTADOS NO MÉTODO MONTESSORI, LIVROS DE BANHO, LIVROS DE PANO, LIVROS POP-UP, LIVROS TOQUE E SINTA, LIVROS SONOROS, LIVROS DE IMAGEM, LIVROS FANTOCHES, LIVROS CARTONADOS.1(UMA) ESTANTE PARA LIVROS CONFECCIONADA EM MADEIRA PINUS NO FORMATO DE 80X80X33, COM 3 BAÚS DE MADEIRA PINUS ACABAMENTO LAMINADO PET AZUL MEDINCO 37X30X24CM CADA. 2(DUAS) CADEIRAS CUBO NO FORMATO DE 44X45X40, PRODUZIDA EM MADEIRA PINUS DE15MM.TÚNEL PIKLER, SENDO PRODUZIDOS EM MADEIRA PINUS, 1(UM) TÚNEL MEDINDO 150X50X50 E 3(TRÊS) TÚNEIS 50X50X50. 1(UMA) GANGORRA PIKLER EM MADEIRA PINUS NO FORMATO DE 90X40X43CM 15MM ACABAMENTO EM LAMINADO PET AZUL. 1(UMA) MESA</p>			
---	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

MADEIRA PINUS NO FORMATO 70X70X52 TAMPO EM LAMINADO PET AZUL, 4 CADEIRAS EM MADEIRA PINUS 60X26X33 ACABAMENTO EM LAMINADO PET AZUL.1(UM) TRIÂNGULO PIKKLER COM MÓDULOS DE MADEIRA PINUS 48X53X7CM, 1(UMA)RAMPA FEITA EM MADEIRA PINUS NO FORMATO DE 28X90 CM. 1(UM) TAPETE SENSORIAL PRODUZIDO EM CORINO COM TEXTURAS DIVERSAS MEDINDO 100X100CM. 1(UM) BAÚ EM MADEIRA PINUS COM RODÍZIOS EM SILICONE NO FORMATO DE30X30X40 CM. 10 BRINQUEDOS DE MADEIRA SENDO ELES: 1(UMA) PRANCHA COM 4 FORMAS GEOMÉTRICAS COLORIDAS (4 PEÇAS DE CADA) PARA ENCAIXE. 17,5 CM (COMP.) X 6,5 CM (ALT.) X 17,5 (LARG.), 1 PAINEL ALFABETO E NÚMEROS, 3 QUEBRACABEÇAS DE ANIMAIS, 1(UM)CARRINHO COM 10 FORMAS GEOMÉTRICAS COLORIDAS, NO FORMATO DE22 CM (COMP.) X 5 CM (ALT.) X 14 CM (LARG.), 3(TRÊS) 3 MINI-CAMINHÕES COLORIDOS, NO FORMATO DE 10 CM (COMP.) X 4,5 CM (ALT.) X 5,5 CM (LARG.). 1(UM)ÔNIBUS COM 8 PINOS COLORIDOS, NO FORMATO DE 13 CM (COMP.) X 8,5 CM (ALT.) X 8,5 CM (LARG.). 1(UM) MINI TREM DESMONTÁVEL COMPOSTO POR 1 LOCOMOTIVA E 2 VAGÕES COM PEÇAS GEOMÉTRICAS COLORIDAS QUE ENCAIXAM NOS PINOS, NO FORMATO DE 28 CM (COMP.) X 8 CM (ALT.) X 8 CM (LARG.).1(UM) CONJUNTO COM 3 CARROS COLORIDOS, NOS FORMATOS DE 7 CM (COMP.) X 5 CM (ALT.) X 5 CM (LARG.).1(UMA) CAIXA COM 5 FORMAS GEOMÉTRICAS, 2 PEÇAS DE CADA FORMA, NO FORMATO DE 16 CM (COMP.) X 9 CM (ALT.) X 15,5 (LARG.) 1(UM) AVIÃO COLORIDO NO FORMATO DE 22,5 CM			
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	(COMP.) X 17 CM (ALT.) X 9 CM (LARG.).1(UM) HELICÓPTERO NO FORMATO DE 16 CM (COMP.) X 10 CM (ALT.) X 10 (LARG.) 2(DOIS) ANIMAIS DE PUXAR COM RODAS(ZEBRA E GIRAFA) NOS FORMATOS DE 15,5 CM (COMP.) X 12,5 CM (ALT.) X 5,5 CM (LARG.) 1(UM) TREM DE CARCA COMPOSTO POR 1 LOCOMOTIVA E 2 VAGÕES COLORIDOS, NO FORMATO DE 53 CM (COMP.) X 10 CM (ALT.) X 10 CM (LARG.). 2(DOIS) CAVALOS DE BALANÇO FEITO EM MADEIRA PINUS NO FORMATO DE 84X35X74CM.1(UM) KIT ENGENHEIRO DE MADEIRA COM 100 PEÇAS. 1(UM) JOGO DE 4 BOLAS DE PELÚCIA SENDO UMA DE FUTEBOL, UMA DE VÔLEI, UMA DE BASQUETE E UMA DE RUGBY. 1 JOGO DE BOLICHE DOS ANIMAIS, FEITO EM TECIDO DE PLUMINHA E REVESTIDO DE FIBRA SILICONADA NO FORMATO DE 25 X 20 X 18 CM.			
3	ESPAÇO LÚDICO MONTESSORIANO – FAZ DE CONTA – ESPAÇO LÚDICO MONTESSORIANO PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, AMBIENTE ESPECIALMENTE PROJETADO PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DENTRO DOS PILARES DA EDUCAÇÃO MONTESSORIANA AUTOEDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO COMO CIÊNCIA, EDUCAÇÃO CÓSMICA, AMBIENTE PREPARADO, CRIANÇA EQUILIBRADA E ADULTO PREPARADO.FORMADO POR MANUAL TÉCNICO PEDAGÓGICO DE AUTORIA DE GEOVANA MUNIZ, REGISTRADO COM ISBN: 978-85-5558-331-5, NO FORMATO DE 210X280 MM, 32 PÁGINAS.1(UMA) CASINHA PSICOMOTORA INTERATIVA, PRODUZIDA EM MDF 6MM ADESIVADO EM ADESIVO 1º LINHA VINIL MONOMERICO	UNID	10	R\$ 32.766,67



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

COM IMPRESSÃO DIGITAL 1400DPIS. NA PARTE EXTERNA TEMOS DIVERSOS JOGOS PEDAGOGICO EM MDF COM FIXAÇÃO EM VELCRO NO FORMATO DE ALTURA: 90CM LARGURA: 50CM E PROFUNDIDADE: 60CM. ACERVO DE 120 LIVROS ACERVO ESPECIAL PAE EDITORA FORMADOS POR 1 COLEÇÃO DE 20 LIVROS FUNDAMENTADOS NO MÉTODO MONTESSORI, LIVROS DE BANHO, LIVROS DE PANO, LIVROS POP-UP, LIVROS TOQUE E SINTA, LIVROS SONOROS, LIVROS DE IMAGEM, LIVROS FANTOCHES, LIVROS CARTONADOS.1(UMA) ESTANTE DE LIVROS NO FORMATO DE CASINHA CONFECCIONADA EM MADEIRA PINOS NAS MEDIDAS DE 105X75X30CM. 1(UMA) MESA MADEIRA PINUS NO FORMATO 70X70X52 TAMPO EM LAMINADO PET AZUL, 4 CADEIRAS EM MADEIRA PINUS 60X26X33 ACABAMENTO EM LAMINADO PET AZUL. 1(UMA) COZINHA EM MADEIRA PINUS COM FOGÃO, FORNO E PIA NOS FORMATOS DE 75X60X33CM. 1(UMA) GELAREIRA EM MADEIRA PINUS NO FORMATO DE 43X82X30. 1(UM) MICROONDAS FEITO EM MADEIRA PINUS MEDINDO 30X18X24CM. 1(UMA) BANCADA DE FERRAMENTAS FEITA EM MADEIRA PINUS MEDINDO 100X70X30CM. 1(UM) KIT DE LIMPEZA (RODO E VASSOURA) INFANTIL. 1(UM) CAIXA DE FERRAMENTAS FEITA EM MADEIRA CONTENDO 22 PEÇAS NO FORMATO DE 34 X 19 X 7 CM. 1(UM) KIT DE PEÇAS CRIATIVAS FEITO EM MADEIRA PARA A BANCADA DE FERRAMENTAS CONTENDO 34 PEÇAS NO FORMATO DE: 34 X 19 X 7 CM. 1 KIT SALADA EM MADEIRA COM 24 PEÇAS EM MADEIRA, 1(UM) KIT CONDIMENTO COM 9 PEÇAS MEDINDO 15,5 X 5 X 12,5 CM, 1(UM) KIT FRIOS COM			
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	CORTE FEITO EM MADEIRA CONTENDO 7 PEÇAS E MEDINDO 20 X 12 X 9 CM. 1(UM) KIT BEBIDAS FEITO EM MADEIRA COM 9 PEÇAS NO FORMATO DE 13,5 X 13,5 X 14,5 CM. 1(UM) KIT UTENSÍLIOS COM 9 PEÇAS NO FORMATO DE 13 X 11,5 X 14 CM. 2(DOIS) AVENTAL E TOUCA PARA CRIANÇA FEITO EM ALGODÃO COLORIDO NO FORMATO DE 49 X 42 X 0,5 CM. 1(UM) KIT DE PANEAS E UTENSÍLIOS EM MADEIRA CONTENDO 9 PEÇAS NO FORMATO DE 30 X 20 X 8 CM. 1(UM) KIT LEGUMES COM CORTE CONTENDO 12 PEÇAS EM MADEIRA NO FORMATO 15,5 X 12 X 6,5 CM. 1(UM) KIT FRUTAS CONTENDO 5PEÇAS EM MADEIRA NO FORMATO 15,5 X 12 X 6,5 CM. 1(UM) KIT FRUTAS COM CORTE CONTENDO 14 PEÇAS EM MADEIRA NO FORMATO 15,5 X 12 X 12 CM. 1(UMA) CASA DE BONECAS COM VARANDA E MÓVEIS COLORIDOS FEITO DE MADEIRA NAS DIMENSÕES DE 37 CM (COMP.) X 31 CM (ALT.) X 22 CM (LAR.) 1(UM) BERÇO PARA BONECA FEITO EM MADEIRA COM COLCHÃO DE ESPUMA REVESTIDO EM TECIDO ESTAMPADO MEDINDO 31 CM (COMP.) X 21 CM (ALT.) X 14 CM (LARG.). (UM) TAPETE SENSORIAL PRODUZIDO EM CORINO COM TEXTURAS DIVERSAS MEDINDO 100X100CM. 1(UM) BAÚ EM MADEIRA PINUS COM RODÍZIOS EM SILICONE NO FORMATO DE30X30X40 CM.			
4	ESPAÇO CULTURAL ITINERANTE - MATERIAL PARA BIBLIOTECA ITINERANTE FORMADA COM AMBIENTE DE LEITURA, PESQUISA, INTEREÇÃO SOCIAL E RECREAÇÃO, ONDE A COMUNIDADE É CONVIDADA A PARTICIPAR DE UMA BIBLIOTECA REAL, DESPERTANDO SUA IMAGINAÇÃO, INCENTIVANDO A LEITURA E CONSTRUINDO UM VÍNCULO COM OS	UNID	10	R\$ 71.833,33



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

<p>LIVROS. FORMADO PELOS MATERIAIS ABAIXO DESCRITOS: MANUAL TÉCNICO PEDAGÓGICO DE AUTORIA DE GEOVANA MUNIZ, REGISTRADO COM ISBN: 978-85-98558-55-4, NO FORMATO DE 210X280 MM, 32 PÁGINAS. MAIS LIVRO DE PESQUISA INTERATIVO-ENEM, CONCURSOS E VESTIBULARES, ALÉM 2042 TÍTULOS O ACERVO APRESENTA UMA VARIEDADE DE ASSUNTOS E TEMAS ESSENCIAIS PARA COMPOR UMA BIBLIOTECA COMPLETA E ATUAL. COM ASSUNTOS E TEMAS VARIADOS PARA COMPOR A BIBLIOTECA, SENDO ARTES, CIÊNCIAS E SAÚDE, ECOLOGIA, OBRAS DE REFERÊNCIA / ENCICLOPÉDIAS DE PESQUISA E ESTUDO, FILOSOFIA, ÉTICA E VALORES, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, LÍNGUA PORTUGUESA E IDIOMAS, LITERATURA INFANTO-JUVENIL, LIVROS DIDÁTICOS E TÉCNICOS, LITERATURA BRASILEIRA, PORTUGUESA E ESTRANGEIRA. O ESPAÇO DE LEITURA É FORMADO POR UMA TENDA PANTOGRÁFICA NO DE TAMANHO – 6X3 M COBERTURA: LONA NÁILON 600, PESO: 75 KG, NÃO POSSUI PEÇAS MÓVEIS OU SOLTAS E UMA ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO DE ZINCO. 01 CONJUNTOS DE MESA CADEIRA PLÁSTICA BRANCA, TIPO BUFFET BISTRÔ REFORÇADA COM PÉS DE BORRACHA COM 4 CADEIRAS – INFANTIL E 02 CONJUNTOS DE MESA COM 4 CADEIRAS – ADULTO. 4 BAÚS FEITO EM PLÁSTICO AZUL RESISTENTE NAS MEDIDAS: COMP:60CM X LARG:40CM X PROFUN:21CM. 30 JOGOS DE MADEIRA SENDO 5 JOGOS DE JOGO DE XADREZ BASE EM MDF DE 45 X 45CM E 32 PEÇAS EM PLÁSTICO, A MAIOR PEÇA MEDINDO 10CM DE ALTURA. ESTIMULA A ESTRATÉGIA, CONCENTRAÇÃO E RACIOCÍNIO LÓGICO. MEDIDAS DA</p>			
---	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	EMBALAGEM: 45 X 45CM. 5 JOGO DE TRILHAS E DAMAS TABULEIRO DE 26 X 26 X 4CM, EM MADEIRA, IMPRESSO DOS DOIS LADOS, COM 36 PEÇAS COLORIDAS DE PLÁSTICO. ESTIMULA A NOÇÃO DE ESTRATÉGIA, CONCENTRAÇÃO E O RACIOCÍNIO LÓGICO. MEDIDAS DA EMBALAGEM: 26 X 26 X 4CM. 5 JOGO DE LUDO BASE DE 24 X 24CM EM MADEIRA, COM 16 PEÇAS DE PLÁSTICO COLORIDAS E UM DADO. ESTIMULA O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS, RACIOCÍNIO LÓGICO E A ATENÇÃO. MEDIDAS DA EMBALAGEM: 24 X 24CM. 5 JOGO DA VELHA BASE DE 23 X 23CM COM 9 PEÇAS EM E.V.A. ESTIMULA O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS, RACIOCÍNIO LÓGICO E A ATENÇÃO. MEDIDAS DA EMBALAGEM: 23 X 23CM. 5 JENGA CONTÉM 54 PEÇAS DE 9X3CM COLORIDAS COM TINTA ATÓXICA. ESTIMULA A COORDENAÇÃO MOTORA, ATENÇÃO E A COMPETIÇÃO. PEÇAS EM MADEIRA PINUS. MEDIDAS DA EMBALAGEM: 9,5X35,5X9,5CM. 5 PEGA VARETAS CONTÉM 21 PALITOS DE MADEIRA, NAS CORES AZUL, VERMELHA, VERDE, AMARELA E PRETA. ESTIMULA A PERCEPÇÃO VISUAL, APRENDIZADO DAS CORES E A COORDENAÇÃO MOTORA FINA. MEDIDAS DA EMBALAGEM: 28 X 7,5 X 7,5CM.			
5	MATERIAL PEDAGÓGICO DESTINADO À NEUROEDUCAÇÃO QUE BUSCA INTEGRAR OS CONHECIMENTOS DA NEUROCIÊNCIA COM A PRÁTICA EDUCACIONAL, VISANDO MELHORAR O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA. CONTENDO: MANUAL TÉCNICO PEDAGÓGICO DE AUTORIA DE GEOVANA MUNIZ, , NO FORMATO DE 210X280 MM, 32 PÁGINAS. COLEÇÃO PEQUENOS	UNID	10	R\$ 41.566,67



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

GRANDES VALORES, NOS SEGUINTE TÍTULOS: GUTO E O TRÂNSITO, AUTORIA E ILUSTRAÇÃO DE VANESSA ALEXANDRE, 24 PÁGINAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL COUCHE 150GR, FORMATO 280X280 MM, CAPA IMPRESSA EM CORES EM PAPEL CARTÃO 250GR, COM TECNOLOGIA QR CODE QUE APRESENTA CONTEÚDO DIGITAL ACESSÍVEL COM A HISTÓRIA NARRADA E NO FORMATO DE DESENHO ANIMADO. A MESADA DE MELISSA, AUTORIA E ILUSTRAÇÃO DE VANESSA ALEXANDRE, 24 PÁGINAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL COUCHE 150GR, FORMATO 280X280 MM, CAPA IMPRESSA EM CORES EM PAPEL CARTÃO 250GR, COM TECNOLOGIA QR CODE QUE APRESENTA CONTEÚDO DIGITAL ACESSÍVEL COM A HISTÓRIA NARRADA E NO FORMATO DE DESENHO ANIMADO. BRUNO E A BOLSA PERDIDA, AUTORIA E ILUSTRAÇÃO DE VANESSA ALEXANDRE, 24 PÁGINAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL COUCHE 150GR, FORMATO 280X280 MM, CAPA IMPRESSA EM CORES EM PAPEL CARTÃO 250GR, COM TECNOLOGIA QR CODE QUE APRESENTA CONTEÚDO DIGITAL ACESSÍVEL COM A HISTÓRIA NARRADA E NO FORMATO DE DESENHO ANIMADO. NANDO E A FEIRA DE TROCAS, AUTORIA E ILUSTRAÇÃO DE VANESSA ALEXANDRE, 24 PÁGINAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM PAPEL COUCHE 150GR, FORMATO 280X280 MM, CAPA IMPRESSA EM CORES EM PAPEL CARTÃO 250GR, COM TECNOLOGIA QR CODE QUE APRESENTA CONTEÚDO DIGITAL ACESSÍVEL COM A HISTÓRIA NARRADA E NO FORMATO DE DESENHO ANIMADO; MAIS ACERVO DE LIVROS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL COM 250 LIVROS SENDO ELES LIVROS			
---	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

<p>INTERATIVOS E COM FORMATOS ESPECIAIS, LIVROS POP-UP, LIVROS 3D, LIVROS CARTONADOS, LIVROS COM DEBOCHES, LIVROS SONOROS, LIVROS COM QUEBRA-CABEÇAS, LIVROS COM TEXTURAS, E ILUSTRAÇÕES DIFERENCIADAS. BIBLIOTECA TÉCNICA PEDAGÓGICA FORMADA POR 12 LIVROS ESPECÍFICOS SOBRE O USO DA NEUROEDUCAÇÃO DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR DIRECIONADOS PARA FORMAÇÃO DO EDUCADOR. 1(UM) PAINEL NEUROPEDAGÓGICO PSICOMOTOR, DIVIDIDOS EM 3(TRÊS) PARTES: COMPOSTO DE JOGOS DE ATIVIDADES MOTORAS, SENSORIAIS E SONORAS CONFECCIONADO EM MADEIRA MDF 18MM CONTENDO 11 ATIVIDADES ASSOCIATIVAS, CORES, LETRAS, IMAGENS, AUDITIVA E MUSICAL. 12 FANTOCHES EM FELTRO COM ABERTURA DE BOCA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 35 CM, CADA UM. FANTASIAS COM 10 PERSONAGENS INFANTIS, SENDO 1 FADA, 1 BRUXA, 1 PRÍNCIPE, 1 PRINCESA, 1 BRANCA DE NEVE, 5 ANIMAIS DIVERSOS COMPOSTO POR MACACÃO E TOUCA, NO TAMANHO ÚNICO PARA CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS. DOIS(2) CONJUNTOS DE MESA BISTRÔ INFANTIL, REFORÇADA, ACOMPANHADAS DE 4 CADEIRAS CADA MESA. JOGO DE DAMA E XADREZ DIVERTIDO GIGANTE COMPOSTO POR 28 PEÇAS EM MADEIRA COM TAMANHO DE 9X4,5 CM CADA PEÇA. CENTRO DE LEITURA COMPOSTO POR 8 MÓDULOS COLORIDOS CONFECCIONADOS EM CORINO COM ESTRUTURA DE MADEIRA COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 180 X 98 X 48 CMS. 1(UMA) ESTANTE COLORIDA PRODUZIDO EM MDF MEDINDO 150CM DE ALTURA 75CM DE LARGURA E 45CM DE</p>			
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROFUNDIDADE.1(UM) JOGO CENTOPEIA DAS CORES CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO FORMADO POR 5 CORES DIFERENTE E 1 DADO GIGANTE. 1(UM) KIT DE JOGOS DE MONTAR COM 200 PEÇAS CONFECCIONADAS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE. 1(UM) KIT DE JOGOS PLÁSTICOS COM 700 PEÇAS CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESITENTE. 1(UM) TAPETE SENSORIAL PRODUZIDO EM CORINO COM TEXTURAS DIVERSAS MEDINDO 100X100CM. BAÚ EM MADEIRA COM 10 JOGOS EDUCATIVOS -BAÚ DE MADEIRA COM DOBRADIÇAS E FECHO, MEDINDO 50X32X25XCM. ACOMPANHA 10 BRINQUEDOS: 01 DOMINÓ DE FORMAS GEOMÉTRICAS 01 JOGO DE PINOS 01 PRANCHA DE SELEÇÃO 01 RELÓGIO 01 BATE PINOS 01 PASSA FIGURAS 01 DOMINÓ TRADICIONAL 01 CUBOS DE ENCAIXE 01 PULA CORDA 01 PALAVRAS CRUZADAS MEDIDAS DO BAÚ 50X32X25XCM.			
---	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal Nº 460/2024.

1.4. Para o presente exercício este município não adotou PCA como instrumento básico de planejamento, mas a referida necessidade se encontra devidamente planejada diante das demandas a serem atendidas e que o PCA para o exercício seguinte já se encontra em construção.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade é permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. PROJETO PILARES:

A leitura é a chave que permite o acesso a todos os outros saberes. Aprender é, portanto, uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz se abertura ao risco e a aventura do espírito (pg. 78).

Segundo CAGLIARI (1998) (...) os alunos são capazes de enfrentar uma variedade enorme de textos. A restrição com relação à escrita reside apenas nos casos em que os alunos não sabem decifrar determinadas letras ou conjuntos de letras, dificultando ou impossibilitando a leitura. Depois que eles decifram a escrita o texto pode ser qualquer um, desde que a criança tenha condições de entender. (p.221)

Em nosso projeto pilares pretendemos conduzir os professores e coordenadores no sentido de propor leituras e despertar o prazer da leitura por todo canto de nosso Brasil. Antes da leitura também é preciso compreender os seus propósitos, ou seja, seu objetivo — Por exemplo: O que tenho que ler? Por que tenho que ler? Segundo os PCN os objetivos da leitura determinam a forma em que um leitor se situa frente a ela e controla a compreensão do texto.

Em uma de suas teses, Freire afirmar e comprova que a leitura de mundo precede a leitura da palavra. O pedagogo observa que no mundo em que se vive, há uma diversidade de códigos linguísticos e não-linguísticos: placas de trânsito, cartazes, "outdoors", receitas médicas e culinárias, faixas, bilhetes, livros, jornais e revistas, mapas, atlas, ilustrações, pinturas, filmes, pautas musicais, convites, histórias em quadrinhos, música, charge, livros com legendas, livros de imagem, vitrines, vitrais, "CD-ROM", "E-mail", "Home page", "e-book", placas comerciais, marcas industriais e comerciais, nomes e números de ruas e avenidas, faixas, anúncios comerciais, medidores das condições climáticas, mímicas, risos, choros, olhares, posturas, etc., etc., etc., os quais espelham os sentidos do homem no mundo, mas que precisam ser decodificados por seus sujeitos em constante aprendizagem.

(WESCHENFELDER, p. 1).

Os profissionais brasileiros qualificados precisam ter consciência de que demonstrar organização e ideias e conhecimentos da Língua brasileira, tanto expressão escrita como na oral, determina a sua valorização no mercado de trabalho.

A demais, não há como esquecer que dominar a língua portuguesa, mais que um dever é um direito do cidadão brasileiro, é uma demonstração de patrimônio e de orgulho próprio.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

É importante que o professor trabalhe valores para o educando perceba o outro, quem está em sua volta, formando crianças que deem importância ao respeito, ao saber ouvir, a ajudar, ao amor ao próximo, que perceba que cada um tem sua responsabilidade na sociedade e que se cumpridas, todos vivem com dignidade. Ao professor cabe se autoconhecer, olhar para o mundo e não apenas ensinar regras teóricas, cálculos, deve usar sua situação privilegiada em sala de aula para despertar nos alunos a curiosidade; ensiná-los a pensar, a persistir em seus objetivos, a serem críticos, amigos, trabalhar não só a mente, mas também o coração. Devemos nos posicionar críticos, questionadores, com ética, amor e alegria por ensinar, pois é das crianças que hoje educamos que surgirão as mudanças que renovarão a sociedade.

O projeto pilares utiliza-se dos quatro pilares para propor um trabalho diferenciado e inovador através de leituras e atividades que vão de encontro as reais necessidades dos educandos, estimulando o pleno desenvolvimento das áreas mais importantes na formação do cidadão.

A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. "À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele."

Nessa visão prospectiva, uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável a educação - uma bagagem escolar cada vez mais pesada - já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo de mudanças.

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver junto, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.

Mas, em regra geral, o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o aprender a conhecer e, em menor escala, para o aprender a fazer. As duas outras aprendizagens dependem, a maior parte das vezes, de circunstâncias aleatórias quando não são tidas, de algum modo, como prolongamento natural das duas primeiras. Ora, os "quatro pilares do conhecimento" deve ser objeto de atenção igual por parte do ensino estruturado, a fim de que a educação apareça como uma experiência global a levar a cabo ao longo de toda a vida, no plano cognitivo e no prático, para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade.

Atualmente, no Brasil, o mercado de trabalho valoriza muito o profissional que consegue agregar aos conhecimentos específicos com facilidade de comunicação através de expressão, escrita e oral em língua Portuguesa.

A comunicação objetiva, primordialmente o entendimento entre as pessoas, tem o papel preponderante e toda sociedade, seja na forma não-verbal com gestos, sons, imagens ou outros, seja na verbal, com oralidade ou o seu código substitutivo escrito. Isso porque desde os tempos memoriais, o homem emprega a expressão oral e depois a escrita.

A comunicação expressa corretamente e é fundamental para transmitir os nossos sentimentos, opiniões e a visão de mundo de cada um, visando compartilhar modos de vida e comportamentos, estabelecidos por regras de caráter social. A linguagem da comunicação é instrumento necessário a interação humana, é ela que vai situar o homem determinado espaço social e mercadológico.

A influência da comunicação é caracterizada pela expansão pessoal constituída entre regras, linguística estabelecida e as marcas da mensagem individual se aplicam tanto a expressão exata quanto à oral.

A leitura é um dos meios que mais enriquece seu cotidiano, através dela podemos enriquecer nosso vocabulário, ampliar nossos conhecimentos, e ter uma visão ampla do mundo e seu cotidiano.

A importância do processo de leitura é tamanha que se pode considerar realmente alfabetizado só quem consegue compreender e interpretar o que lê, interagindo com a proposta do autor.

A eficácia de sua comunicação oral mede-se também pela aparência física de apresentadas pela linguagem do corpo, pela expressão facial e pela entonação.

Existem aspectos fundamentais para uma boa desenvolver comunicação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Exemplo: peças teatrais, para conseguir bom relacionamento com ouvintes são: a frequência do contato visual em pessoas na plateia é importante à exposição visual, os gestos, uma linguagem esclarecida, com boa tonicidade.

Os recursos audiovisuais, sua função é ilustrar uma mensagem, com objetivos prender a atenção dos receptores, facilitar a sua compreensão e fazê-los reter as informações por mais tempo.

Atualmente não podemos deixar de levar em conta a tecnologia, que uma forma de comunicação que nos transmite um vasto conhecimento, informações em todas as áreas e nos facilitando amplo contato com pessoas do mundo.

Enfim, como podemos notar, a maior parte dos erros cometidos na comunicação oral ou escrita refere-se à falta de preparação individual.

Para evitar isso, convém manter –se atualizado através de leituras de livros, jornais, revistas, televisão, além de frequentar cursos e assistir a documentários e palestras interessantes.

Os profissionais brasileiros, qualificados precisam ter consciência de que demonstrar organização e ideias e conhecimentos da Língua brasileira, tanto expressão escrita como na oral, determina a sua valorização no mercado de trabalho.

É importante que o professor trabalhe valores para que o educando, perceba o outro, quem está em sua volta, formando crianças que deem importância ao respeito, ao saber ouvir, a ajuda ao amor ao próximo, que perceba que cada um tem sua responsabilidade na sociedade e que se cumpridas, todos vivem com dignidade. Ao professor cabe se autoconhecer, olhar para o mundo e não apenas ensinar regras teóricas, cálculos, deve usar sua situação privilegiada em sala de aula para despertar nos alunos a curiosidade; ensiná-los a pensar, a persistir em seus objetivos, a serem críticos, amigos, trabalhar não só a mente, mas também o coração. Devemos nos posicionar críticos, questionadores, com ética, amor e alegria por ensinar, pois é das crianças que hoje educamos que surgirão as mudanças que renovarão a sociedade.

A tarefa do mediador deve ser, então, a de buscar, orientar, diante das diversas fontes disponíveis. É preciso que as instituições usem métodos mais eficazes e não ultrapassados, como ditados e cópias, é preciso deixar que o aluno crie, leia e entenda o que está lendo. É por isso que o currículo escolar precisa ser revisto diariamente, pois é por meio dele de que podemos pensar e legitimar o conhecimento que pretendemos e acreditamos.

O papel da escola é reconhecido quando lhe cabe desencadear, no seu meio, reflexões que facilitem discernir a dimensão



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

emancipatória, incorporando as mais diversificadas situações para as quais os desafios atuais da sociedade contemporânea requerem posicionamentos e alternativas de seus cidadãos. o currículo que é o mediador entre a escola e a comunidade nos possibilitando a construção da ação pedagógica através da articulação entre os conhecimentos construídos na prática social e transmitidos, organizados e transformados na prática escolar.

A definição dos objetivos (para que se ensina), a seleção dos conteúdos (o que se ensina, a metodologia adotada (como se ensina, em função de como se aprende) e a avaliação não podem ser pensadas isoladamente).

Aprender a ler de forma competente é muito mais do que decodificar mensagens trata-se de procurar um sentido e indagar algo escrito a partir de uma realidade.

Antes da publicação das teorias do educador brasileiro Paulo Freire, a maioria dos conceitos de leitura no Brasil restringiam-se à noção passiva da decifração do código verbal escrito. Freire ampliou tal conceito, considerando o ato de leitura como sendo uma ação ativa de caráter dinâmico, social e múltipla, tendo-se em vista que ela busca decifrar e entender os sentidos dos códigos linguísticos verbais e não-verbais produzidos pelas criaturas humanas, os quais refletem e ampliam a inteligência no mundo.

(WESCHENFELDER, p. 1).

A leitura também tem sido aprimorada pelas exigências oriundas de sua função social. Para a psicolinguista Argentina Emília Ferreira, "o que se espera de um leitor muda com o tempo. Na era da Internet, seletividade e rapidez são características essenciais".

Segundo os PCN, em muitas escolas a Língua Portuguesa ainda é ensinada de maneira formal, chata e sem entusiasmo. Esse tipo de ensino não atende mais às necessidades da sociedade. Cada vez mais o aluno terá de compreender e escrever textos diferenciados, claros e criativos.

Revisando as bibliografias apresentadas constata-se hoje que a forma de se ensinar a ler também já não é tão autoritária e excludente, onde todos aprendiam da mesma forma e tinham que produzir o mesmo resultado, decodificar letras e sons por meio de frases que muitas vezes nem faziam sentido. O modo atual de se ensinar a ler é permeado pelo construtivismo.

As autoras Josi Slomp e Julianne Fischer salientam que: É por meio da leitura que temos acesso à cidadania e à orientação para um entendimento mais profundo da vida em sociedade e, principalmente, à construção de uma personalidade mais crítica, e, portanto, mais livre.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Por saber que toda leitura se fundamenta em um objetivo, um motivo que conduz o leitor ao texto, o professor deverá adotar procedimentos que favoreçam essa identificação do aluno com o texto; uma cumplicidade que dará frutos e que consolidará a meta a ser alcançada.

(Azevedo; Sacchetto)

Constam nos PCN que as competências a serem construídas em Língua Portuguesa estão relacionadas às quatro habilidades linguísticas básicas do Ensino Fundamental: falar; escutar; ler; escrever.

Dessa forma, as competências relacionadas às atividades de leitura fazem parte de um amplo e complexo conjunto. Porém, é importante delimitar algumas das principais competências linguísticas, intimamente ligadas à aprendizagem da leitura.

Para desenvolver essas competências, um trabalho de leitura e compreensão de textos envolve um contato com uma grande diversidade de textos e o ensino de estratégias de compreensão leitora. Dessa maneira formaremos leitores mais autônomos e competentes, capazes de aprender a partir de textos, não importando seu gênero, estrutura ou grau de dificuldade. Quem lê deve ser capaz de interrogar-se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo, estabelecer generalizações que permitam transferir o que foi aprendido para outros textos diferentes etc.

1.9. OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO

A educação ao longo de toda vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.

1.9.1. Aprender a aprender

Este tipo de aprendizagem que visa nem tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e uma finalidade da vida humana. Meio, porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar. Finalidade, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir. Apesar dos estudos sem utilidade imediata estarem desaparecendo, tal a importância dada atualmente aos saberes utilitários, a tendência para prolongar a escolaridade e o tempo livre deveria levar os adultos a apreciarem cada vez mais as alegrias do conhecimento e da pesquisa individual. O aumento dos saberes, que permite compreender melhor o ambiente sob



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia na capacidade de discernir. Deste ponto de vista, há que o repetir, é essencial que cada criança, esteja onde estiver, possa ter acesso, de forma adequada, às metodologias científicas de modo a tornar-se para toda a vida "amiga da ciência". Aprender para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento. Desde a infância, sobretudo nas sociedades dominadas pela imagem televisiva, o jovem deve aprender a prestar atenção às coisas e às pessoas. A sucessão muito rápida de informações mediatizadas, o "zapping" tão frequente, prejudicam de fato o processo de descoberta, que implica duração e aprofundamento de apreensão. Esta aprendizagem da atenção pode revestir formas diversas e tirar partido de várias ocasiões da vida.

O processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado, e pode enriquecer-se com qualquer experiência. Neste sentido, liga-se cada vez mais à experiência do trabalho, à medida que este se torna menos rotineiro. A educação primária pode ser considerada bem-sucedida se conseguir transmitir às pessoas o impulso e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho, mas também fora dele.

1.9.2. Aprender a fazer

Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. Mas a segunda aprendizagem esta mais estreitamente ligada à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a pôr em pratica os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução? Aprender a fazer não pode, pois, continuar a ter o significado simples de preparar alguém para uma tarefa uma tarefa material bem determinada, para fazê-lo trabalhar no fabrico de alguma coisa. Como consequência, as aprendizagens devem evoluir e não podem mais serem consideradas como simples transmissão de práticas mais ou menos rotineiras, embora estas continuem a ter um valor formativo que não é de desprezar.

1.9.3. Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros, conviver.

Sem dúvida, esta aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no progresso da humanidade. A história humana sempre foi conflituosa, mas há elementos novos que acentuam o problema e, especialmente, o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade no decorrer do século XX. A opinião pública, através dos meios de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

comunicação social, torna-se observadora impotente e até refém dos que criam ou mantém conflitos. Até agora, a educação não pôde fazer grande coisa para modificar esta situação real. Poderemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de os resolver de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, da sua espiritualidade?

É de louvar a ideia de ensinar a não-violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos. A tarefa é árdua porque, muito naturalmente, os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo que a pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. Por outro lado, o clima geral de concorrência que caracteriza, atualmente, a atividade económica no interior de cada país, e, sobretudo em nível internacional, têm a tendência de dar prioridade ao espírito de competição e ao sucesso individual. De fato, esta competição resulta, atualmente em uma guerra económica implacável e numa tensão entre os mais favorecidos e os pobres, que divide as nações do mundo e exacerba as rivalidades históricas. É de lamentar que a educação contribua, por vezes, para alimentar este clima, devido a uma má interpretação da ideia de emulação.

1.9.4. A descoberta do outro

A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla aprendizagem. Algumas disciplinas estão mais adaptadas a este fim, em particular a geografia humana a partir do ensino básico e as línguas e literaturas estrangeiras mais tarde. Passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais ajudá-los a descobrir a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações. Desenvolver esta atitude de empatia, na escola é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinando, por exemplo, aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos podem evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre adultos. Assim, o ensino das histórias das religiões ou dos costumes pode servir de referência útil para futuros comportamentos.

Quando se trabalha em conjunto sobre projetos motivadores e fora do habitual, as diferenças e até os conflitos interindividuais tendem a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

reduzir-se, chegando a desaparecer em alguns casos. Uma nova forma de identificação nasce destes projetos que fazem com que ultrapassem as rotinas individuais, que valorizam aquilo que é comum e não as diferenças. Graças a prática do desporto, por exemplo, quantas tensões entre classes sociais ou nacionalidades se transformaram, afinal, em solidariedade através de experiência e do prazer do esforço comum!

1.9.5. Aprender a ser

A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa - espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

A evolução das sociedades desde então e, sobretudo, o enorme desenvolvimento do poder mediático veio acentuar este temor e tornar mais legítima ainda a injunção que lhe serve de fundamento. É possível que no século XXI estes fenômenos adquiram ainda mais amplitude. Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como autores responsáveis e justos. Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver seus talentos e permanecerem, tanto quanto possíveis donos do seu próprio destino.

Este imperativo não é apenas a natureza individualista: a experiência recente mostra que o que poderia aparecer, somente, como uma forma de defesa do indivíduo perante um sistema alienante ou tido como hostil, é também por vezes, a melhor oportunidade de progresso para as sociedades. A diversidade das personalidades, a autonomia e o espírito de iniciativa, até mesmo o gosto pela provocação, são os suportes da criatividade e da inovação. Para reduzir a violência ou lutar contra os diferentes flagelos que afetam a sociedade os métodos inéditos retirados de experiências no terreno já deram prova da sua eficácia.

Num mundo em mudança, de que um dos principais motores parece ser a inovação tanto social como econômica, deve ser dada a importância especial a imaginação e à criatividade; claras manifestações da liberdade humana elas podem vir a ser ameaçadas por uma certa standardização dos comportamentos individuais. O século XXI necessita desta diversidade de talentos e de personalidades, mas ainda de pessoas excepcionais, igualmente essenciais em qualquer civilização. Convém,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

pois, oferecer às crianças e aos jovens todas as ocasiões possíveis de descoberta e experimentação - estética, artística, desportiva, científica, cultural e social -, que venham completar a apresentação atraente daquilo que, nestes domínios, foram capazes de criar as gerações que os procederam ou suas contemporâneas. Na escola, a arte e a poesia deveriam ocupar um lugar mais importante do que aquele que lhes é concedido, em muitos países, por um ensino tornado mais utilitarista do que cultural. A preocupação em desenvolver a imaginação e a criatividade deveria, também, revalorizar a cultura oral e os conhecimentos retirados da experiência da criança ou do adulto.

1.9.6. PÚBLICO ALVO

Alunos do ensino infantil e fundamental de 1º à 5º ano

1.9.7. OBJETIVOS

Utilizar a literatura infanto-juvenil para desenvolvimento pleno dos 4 pilares da educação na vida do educando.

Usar a literatura para estimular o desenvolvimento do educando, partindo como base os pilares da educação:

- Aprender a aprender;
- Aprender a ser;
- Aprender a fazer;
- Aprender a conviver.

Estabelecimento de variadas práticas pedagógicas para superar as dificuldades de ensino e aprendizagem, fortalecendo assim sua prática pedagógica.

Preparar o Educador através de formação continuada a utilizar-se da leitura e todo material de apoio oferecido pelo projeto para alcançar o objetivo acima proposto.

1.9.8. OFICINAS

Para que o educador possa estar preparado para trabalhar estimulando a leitura é necessário o fornecimento de informações acadêmicas e práticas que possibilitem o acesso do educando à leitura, para isso capacitaremos professores, bibliotecários e equipe técnica.

1.10. BEBÊ GENIAL:

O brincar é como essência da infância, tornando assim um direito da criança. Direito este especificado em documentos legais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2010), que deixam claro, que no currículo da educação infantil, deverem considerar como eixos norteadores as interações e as brincadeiras. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em seu artigo 16, inciso IV, ressalta o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

Se brincar é um direito legal é porque contribui de uma forma significativa para o desenvolvimento das crianças. A brincadeira permite



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

aos bebês e crianças bem pequenas aprenderem sobre si mesmas e sobre o mundo que as cerca. Elas não separam o momento do brincar e o do aprender, esse processo acontece naturalmente.

Deste modo, cabe ao adulto proporcionar um brincar de qualidade, seja ministrando um espaço seguro e organizado, disponibilizando materiais que possam interessar e despertar a criatividade e imaginação. Constatando que é relevante estipular um tempo de qualidade, sendo assim um espaço qualificado e diversificado para que possa ser investigado.

Esse ambiente deve ser criado e recriado à medida que for explorado, enriquecido de materiais diversos, para que as crianças possam interagir, criar, inventar, fazendo construções de acordo com a sua curiosidade e interesse.

Mesmo trabalhando com o brincar livre, o espaço é considerado pedagógico, pois o docente tem um objetivo que deverá ser alcançado com aquela brincadeira que foi proposta. Seja ela para conhecimento das suas habilidades, desenvoltura com certos objetos ou materiais ou estimular a sua curiosidade e interesse etc.

O Brincar é estruturante para a criança desde seus primeiros meses de vida, pois brincando o bebê colocará seu corpo em ação e irá significar as situações ao seu redor, expressar seus sentimentos, vivenciar experiências e com isso, aprender no sentido de uma formação para a vida.

O brincar promove interações entre as crianças e destas com os adultos e entre as crianças e os objetos e brinquedos. Este fato coloca o brincar em uma posição privilegiada, pois sabemos da importância das interações desde os primeiros dias de vida para o desenvolvimento físico e psíquico do bebê.

No manual de orientação pedagógica “Brinquedos e brincadeiras de creches” (BRASIL, 2012) o brincar é compreendido como a atividade mais vital para a criança.

Os mais importantes teóricos educacionais afirmam que a brincadeira não é inata, as crianças não nascem sabendo brincar, pois esta é uma atividade que necessita da interação com outras pessoas para que as crianças aprendam.

Sendo assim, os bebês aprendem a brincar a partir do momento em que os membros de sua família e outras pessoas o inserem na brincadeira, seja tocando as partes do seu corpo e conversando, olhando e gesticulando, brincando de esconder e achar ou apresentando brinquedos e objetos do cotidiano ao bebê.

Publicado pelo Ministério da Educação e em sua sexta edição, o manual tem por objetivo a qualidade da educação e do cuidado em



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

creches e, assim, apresenta critérios de organização e funcionamento dessas instituições que se relacionam às práticas realizadas com as crianças e à definição de diretrizes e normas políticas para as creches.

Os doze critérios apresentados referem-se ao direito da criança às brincadeiras; à atenção individual; a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante; ao contato com a natureza; ao direito a higiene e à saúde; a uma alimentação sadia; a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; ao movimento em espaços amplos; ao direito à proteção, ao afeto e à amizade; a expressar seus sentimentos e a ter uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche.

Esses critérios podem ser compreendidos como um guia para os gestores e educadoras das creches a fim de verificar se as mesmas estão respeitando as necessidades fundamentais das crianças e garantindo seus direitos.

A brincadeira é compreendida como atividade muito importante para a criança pequena, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Quando a criança brinca tem oportunidade de imitar o conhecido, trazendo suas representações e ressignificados para esta ação e assim construir o novo.

No cotidiano da Educação Infantil precisam ser organizadas situações agradáveis, estimulantes e desafiadoras a fim de ampliar as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, de organizar pensamentos e ideias, de brincar.

A BNCC pontua que as interações ocorridas nas brincadeiras caracterizam o cotidiano da infância.

A partir desses dois eixos, a Base estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados às crianças na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram as condições para que as crianças aprendam construindo significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Dentre eles, destacamos o direito ao brincar: Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil indicam que os bebês que frequentam as creches devem ter a oportunidade de aprender tocando, observando, experimentando, devem construir ações e assim significar a cultura.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Nessas instituições, as relações interpessoais devem ser valorizadas, principalmente em relação aos bebês, pois de acordo com Barbosa (2010, p. 3), “[...] é nessa faixa etária que as interações entre as pessoas têm expressiva relevância para a construção das identidades pessoal e coletiva da criança”.

Consideramos que a brincadeira dos bebês acontece a partir da organização de um amplo espaço com objetos e brinquedos diversos. Desse modo, brincar para eles é brincar com. Isso justifica-se pela curiosidade que o bebê tem em explorar o mundo ao seu redor, podendo fazer isso brincando com os objetos. “É o grupo que necessita de mais atividades que propiciem a estimulação dos sentidos e ofereçam uma grande variedade de vivências e experimentações” Por isso a necessidade de organizar um espaço nas creches onde os bebês “aprendam observando, tocando, experimentando, narrando, perguntando, e construindo ações e sentidos sobre a natureza e a sociedade, recriando, desse modo, a cultura.

Quando o bebê encontra diariamente em casa ou na creche um espaço com brinquedos e objetos familiares, está tendo a possibilidade de exercitar e de desenvolver as suas competências, tornando-se cada vez mais hábil, aprendendo sobre o que o rodeia e sobretudo aprendendo a estar atento aos resultados de seus próprios atos.

1.10.1. Objetivos:

Despertar o valor da atividade autônoma da criança – este princípio destaca a importância de a criança ser ativa por si própria, rica em iniciativas e em interesses pelo seu entorno ao considerar que por meio da atividade autônoma ela poderá ter experiências que favorecerão seu desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional;

Valorizar a relação (ões) afetiva(s) privilegiada(s) e estável(is) – enfatizar a importância de a criança ter segurança afetiva em seu(s) adulto(s) cuidador(es), o qual possibilita condições fundamentais para a saúde mental da criança e para o desejo de exploração e realização da atividade autônoma;

Ajudar a criança a ter conscientização sobre si mesma e seu entorno – tendo em vista o papel do adulto cuidador/educador em planejar e adaptar o entorno da criança segundo suas necessidades específicas, colocando a sua disposição materiais que possibilitem a livre exploração, experimentação;

Cultivar na criança um bom estado de saúde física e emocional, destacando a importância de respeitar o ritmo de desenvolvimento de cada criança.

1.10.2. Sala educativa Bebê Genial – PAE Editora



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

O brincar é uma necessidade humana. Ele ocupa o lugar central do aprendizado das crianças desde o nascimento, isto é, quando estão brincando, as crianças estão construindo as “bases” de toda a sua futura aprendizagem.

O brincar é a maneira como as crianças se comunicam, indispensável e fundamental para a nossa formação em todas as etapas de nossa vida. Desde pequenos, por meio do brincar, vamos incorporando noções básicas acerca de si mesmos, dos outros e do mundo, aprendendo a dominar e conhecer as partes do nosso corpo e suas funções, a nos orientarmos no espaço e no tempo, a manipularmos, construirmos e estabelecermos relações com os outros.

Para isso é imprescindível que existam esses espaços separados para garantir que todas as crianças tenham o seu momento do brincar livre sem interferir e nem desconcentrar o brincar do outro, para centrarem-se inteiramente na exploração de seus brinquedos/objetos.

Com este espaço estruturado para o brincar livre, somando a conscientização do adulto de sua postura em relação à criança, devemos proporcionar e oferecer objetos para que o brincar aconteça. Objetos que permitam a realização das experimentações por parte da criança, que façam com que ela, através da sua curiosidade, vá buscar pelo que a cerca.

Com essas concepções claras foi que criamos este programa educativo para crianças a partir de 6 meses a 3 anos de idade. Embasados nas abordagens de Emmi Pikler e Maria Montessori criamos um espaço com materiais, livros e brinquedos que buscam proporcionar as crianças na primeira infância a interação adequada com o brincar para que ela possa se desenvolver de maneira genial. Por esses motivos nosso programa sugere os seguintes espaços:

1.10.3. Espaços livres

Para se desenvolverem livremente, crianças pequenas necessitam de espaço livre. É nesse “vazio” que eles terão a permissão de se movimentar e desenvolver suas capacidades motoras.

1.10.4. Escolha correta do piso

O chão serve como apoio e como base da exploração dos bebês. Por isso, é fundamental que os ambientes sejam revestidos com pisos duros o suficiente para encorajar a verticalidade (e, conseqüentemente os primeiros passos), e ao mesmo tempo, contribuir para a manutenção da postura ereta correta. Sugerimos pisos com temperatura agradável. O mais recomendado é o piso de madeira.

1.10.5. Mobiliário seguro

Já que as crianças terão permissão de se movimentar como desejarem pelo ambiente, é preciso considerar que elas escalarão,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

empurrarão, se apoiarão, puxarão e tocarão em todos os móveis que estiverem ao seu alcance. Os mobiliários são fixos, sem rodízios, sem pontas e acabamento liso.

Um mobiliário bastante frequente em interiores piklerianos é a estante baixa, com bases largas (essas são menos instáveis e, conseqüentemente, mais resistentes aos movimentos das crianças) para organizar os brinquedos. Esse tipo de mobília permite que até mesmo os bebês mais novos alcancem com facilidade.

Com o objetivo de ensinar indiretamente conceitos importantes como alto e baixo; dentro e fora; em cima e embaixo, utilizaremos os seguintes brinquedos:

Circuito de obstáculos completo

Composto por rampa simples, rampa com barras e triângulo, é um brinquedo bastante completo no qual todos os "obstáculos" se interligam com a base conformando um circuito único.



Túnel Pikler

Trata-se de cubos independentes que são compostos de forma variável para incentivar uma maior variedade de caminhos. Desse modo, além de colaborar com a atividade física, também estimula a imaginação e a criatividade. Cada cubo mede, em média 50 centímetros em cada face.





Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Barco de balanço Emmi Pikler

Medindo 60 centímetros de largura por 1,20 metros de comprimento, esse brinquedo pode ser usado por até 4 pessoas ao mesmo tempo, e quando virado ao contrário, torna-se em um conjunto de escadas para subir/descer e treinar esse tipo de movimento de maneira divertida!



Triângulo Pikler

Criado com o objetivo de estimular crianças a seguirem seus instintos por escalarem e se pendurarem de forma segura. Ele permite que a criança desenvolva habilidades como coordenação motoras grossas, força física, equilíbrio e agilidade. Há diversas versões disponíveis do Triângulo Pikler, a mais frequente é sua opção articulado com a Rampa Pikler, quando ele se transforma em um tipo de escorregador.



Gangorra Pikler

Este é um dos equipamentos mais versáteis desenvolvidos pela metodologia. Ele pode ser usado como balanço, escada, banquinho, mesinha, túnel, ponte, gangorra, cabana etc. Ele é adequado para crianças menores (que devem usá-lo sentadas), ou por crianças maiores, que podem usá-lo em pé.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000



Kit mesa e cadeira cubo

A cadeira cubo proporciona para a criança a autonomia necessária para que ela possa se sentar e levantar sem o auxílio de um adulto, além de ser um produto que cresce junto com a criança pois tem dois níveis de altura, bastando virar a cadeira.

A cadeira cubo também vira uma mesa que fica na altura certa para as crianças pequenas.

Seu formato de cubo traz segurança para a criança pois não vira.



Kit Montessori para bebês com 4 peças

Com o kit Montessori para bebês seu bebê pode trabalhar movimentos de coordenação motora, movimentos mão e olho, sons, rolar, chacoalhar, trocar objetos de mãos.

Ele é indicado para bebês de 4 a 10 meses de idade, porém essa é uma sugestão a idade pode variar de acordo com a criança e seu próprio desenvolvimento.





Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

O kit contém:

- 1 chocalho de madeira com guizo - ideal para ser oferecido ao bebê a partir dos 4 meses. Possui o tamanho ideal para as pequenas mãozinhas. É leve e delicado, passando por todo o nosso processo de lixamento em série para garantir que tenha a textura adequada para o seu bebê.
- 1 discos interconectados - ideal para ser oferecido ao bebê a partir dos 4 meses e meio, 5 meses. Quando o bebê já começa a ter a intenção de agarrar os objetos. Ele é ideal para auxiliar no aprendizado de trocar objetos de mãos.
- 1 chocalho de argolas - ideal para ser oferecido a partir dos 4 a 6 meses de idade do bebê.
- 1 chocalho redondo grande de bolas coloridas - ideal para ser oferecido a partir dos 7 meses quando o bebê já consegue segurar os objetos de maneira mais firme e inicia seu desenvolvimento no engatinhar.

Organizador de Brinquedos e livros Montessoriano

O organizador de livros e brinquedos conta com 03 gavetas encaixáveis com vãos em formatos geométricos que podem funcionar como espaço para inserir/guardar objetos.

Medidas do modulo

Largura: 40 cm

Comprimento: 100 cm

Altura: 81 cm

Medidas das Gavetas

Largura: 29 cm

Comprimento: 37,5 cm

Altura: 30 cm



1.11. ESPAÇO LÚDICO MONTESSORIANO – FAZ DE CONTA:

A criança, quando em situação lúdica, posiciona-se com autora diante da vida e do objeto de conhecimento, criando e recriando sentidos por meio do brincar.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Segundo a BNCC a ludicidade deve ser o ponto de partida dos currículos da Educação Infantil, já que estudos recentes revelam ser os primeiros anos os mais preciosos, pois é na primeiríssima infância que:

Se formam, com mais celeridade e consistência, as sinapses cerebrais que definem as capacidades, as habilidades e o potencial intelectual e social da pessoa;

As crianças, por meio das brincadeiras, reelaboram situações, enfrentam desafios, resolvem conflitos, desenvolvem o raciocínio e a criatividade, levantam hipóteses etc.

Portanto, faz-se necessário que os espaços sejam urgentemente ressignificados, a fim de garantir que as crianças possam brincar, investigar, correr, pesquisar, pois quanto mais lúdico, cuidadoso, acolhedor, propositivo e desafiador for o ambiente educacional maior será o desenvolvimento da criança.

Uma criança criada a partir dos princípios da educação montessoriana costuma ser mais autoconfiante e ciente dos seus limites. Sua sensibilidade geralmente é mais aguçada e, assim, tem mais tolerância com aquilo que é diferente. Assim sendo é de responsabilidade da instituição de Educação Infantil propiciar às crianças brincadeiras, brinquedos e jogos que respeitem a concepção do patrimônio lúdico.

O Espaço Lúdico Montessoriano da PAE Editora utiliza o Método Montessori de ensino, a fim de estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial da criança, estimulando assim as suas potencialidades, mudando a sua percepção em relação ao espaço, explorando seus sentidos, os lugares e as brincadeiras. Ele foi planejado para que a criança se desenvolva de forma completa e equilibrada. Buscando identificar os sinais de eficiência de cada criança individualmente, respeitando assim suas limitações e vontades.

O ambiente escolar é um fator determinante na formação do ser humano. A educação não está pautada apenas na relação entre professor e aluno, mas engloba todo o ambiente educativo, especialmente o espaço construído em que se dá o ensino. Com isso, pode-se afirmar que o projeto arquitetônico vinculado à equipe e ao modelo pedagógico se propõe a atender especificamente as demandas reais do ambiente educacional e assim, pode-se tornar mais convidativo e propício ao ensino.

1.11.1. A importância do brinquedo no desenvolvimento da criança

Os brinquedos são extremamente importantes para a educação e para a aprendizagem da criança por propiciar o desenvolvimento simbólico, estimular sua imaginação, a capacidade, a autoestima e a capacidade de raciocínio.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

O brinquedo é o objeto real ou imaginário que antecipa os dados da realidade. Normalmente visto pelos adultos como sinônimo de divertimento, de entretenimento ou atividade de descarga de energias, o brinquedo oferece à criança algo, além disso, pois representa uma fonte de conhecimento, de satisfação e uma fonte de acesso ao imaginário.

Brincar é fundamental e essencial para o desenvolvimento intelectual e físico de toda criança, sendo que pode propiciar a interação social. Brincando, a criança se desenvolve, aprende a conviver socialmente, se arrisca a conhecer o novo, explora sua criatividade, trabalha sua sensibilidade e a sua comunicação conhecendo o mundo à sua volta.

Quando o brinquedo é utilizado de forma divertida, criativa e estimulante, as crianças se interessam e se envolvem mais nas suas atividades, enriquecendo o processo de aprendizagem e priorizado o desenvolvimento cognitivo.

O mundo do brinquedo é um mundo composto, que representa o apego, a imitação e a representação, fazendo parte da vontade de crescer e se desenvolver.

Segundo Maynart (2010) para cada fase de idade, a criança vai se desenvolvendo, criando habilidades e brinca com determinado brinquedo, conforme é detalhado a seguir:

De 0 a 3 anos de idade as crianças apresentam duas fases: a investigação do mundo externo e projetiva, a qual trabalha a ideação e a sensório-motora, desenvolvendo atividades de exploração. Nessa fase é recomendando jogos de encher e esvaziar, esconder e aparecer. Brinquedos com blocos de encaixe, sendo uma das opções que mais estimula a criatividade, pois desenvolve a atenção e o raciocínio lógico, levando a criança a buscar soluções de forma independente (MAYNART, 2010).

Aos 3 anos de idade a criança já se movimenta livre e graciosamente, num ato puramente reflexo, buscando novos ambientes quando passado o interesse naquilo que a rodeia. A palavra, antes um simples sinal representativo de coisas concretas, vai adquirindo um valor autônomo e abstrato, traduzindo o pensamento. E a organização de seu mundo interior capaz de combinar recordações e de criar situações fantásticas que ela vive com entusiasmo e realismo (MAYNART, 2010).

Dos 4 a 6 anos, ou ainda até os três anos a criança sobe escadas colocando um pé e depois outro no mesmo degrau; já nessa fase de idade o faz alternando um pé em cada degrau.

Todas as suas atividades motoras da etapa anterior se tornam perfeitas ao redor dos 5 ou 6 anos. Adquire outras habilidades como andar de bicicleta, movimentar se mantendo-se em equilíbrio em um só pé, subir



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

em árvores ou móveis e tantas outras coisas, que seria interminável citar recordações e de criar situações fantásticas que ela vive com entusiasmo e realismo (MAYNART, 2010).

Percebe-se que dos seis anos em diante, a criança já possui uma maturidade das funções psicomotoras, movimentando-se com inteira cooperação dos músculos extensores e flexores, com percepções visuais, táteis e auditivas altamente desenvolvidas.

1.11.2. METODOLOGIA MONTESSORI

Maria Montessori, além de pedagoga, formou em medicina no ano de 1896 na Itália e depois, se especializou no atendimento a crianças com deficiência. Foi uma mulher extraordinária, sendo a responsável por desenvolver uma metodologia inovadora para a educação. Uniu o conhecimento em antropologia, psicologia e pedagogia para elaborar a filosofia de ensino que ficou conhecida como "Método Montessori". Segundo a educadora, todas as crianças são responsáveis por conduzir seu próprio aprendizado e cabe ao responsável auxiliar nesse processo. "A filosofia de Montessori deve ser entendida como um começo, uma busca constante de respostas à educação e à vida da criança.

Nesse sentido, a base da educação montessoriana são as experiências da própria criança e não as do mundo adulto" (MONTESSORI, 1985).

A partir de suas observações diretas sobre o mundo infantil, Montessori estabeleceu os alguns princípios de aprendizagem das crianças. Agindo a criança adquire conhecimentos. Por meio de uma ordenação de atividades gradativamente crescentes, a aprendizagem pode ser desenvolvida com maior possibilidade de sucesso.

A confirmação imediata dos resultados do trabalho garante uma aprendizagem mais eficiente, sendo que a intervenções indevidas dos adultos podem comprometer a aprendizagem.

É importante salientar que cada criança tem um ritmo próprio que deve ser rigorosamente respeitado. A observação direta pode facilitar a aprendizagem de novas ações e atitudes a serem adquiridas.

A aprendizagem de muitas ações, hábitos e atitudes podem ocorrer mais cedo que o habitualmente previsto.

Na pedagogia montessoriana, a educação é uma extensão da natureza humana, sendo assim, nada mais natural que a educação aflore a criança, de suas habilidades e suas necessidades naturais.

Nesse sentido, a escola deve ser referência a vida como o ponto de partida para a construção de seres humanos capazes de reconstruir um mundo onde o homem, enquanto expressão viva da natureza seja orientando no sentido de construir-se como criatura criativa, autônoma, solidária e verdadeiramente humana.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

A pedagogia montessoriana busca interligar a liberdade, a independência e a individualidade junto às atividades educacionais, o que difere bastante da educação tradicional que é extremamente rígida, na qual somente o professor possui conhecimento para transmitir aos alunos, e os mesmos são como receptores. Na educação tradicional, essa passividade dos alunos é vista como disciplina, no entanto, o método Montessori ressalta que os alunos devem ser protagonistas dentro da sala de aula e protagonistas em seu convívio social. Segundo Montessori, “Não se poderá ser livre sem ser independente: as manifestações ativas da própria liberdade devem, pois, ser orientadas para a conquista da independência desde a primeira infância, quando se inicia certo desprendimento da própria mãe.” (2017, p. 60). Portanto, cabe ao adulto fazer um estímulo com a criança.

Esse estímulo pode-se iniciar desde a primeira infância através dos pais em casa e dos professores na escola, mas para isso, é importante que o adulto observe e compreenda as manifestações espontâneas das crianças, pois através dessas ações e manifestações a criança estará descobrindo seus interesses e construindo a sua personalidade. Montessori relata que: “[...] um ponto fundamental de uma pedagogia científica deve ser a existência de uma escola que permita o desenvolvimento das manifestações espontâneas e da personalidade da criança.” (MONTESSORI, 2017, p. 33).

Sendo a livre escolha um dos procedimentos para esse desenvolvimento da personalidade. O método Montessori se diferencia dos outros métodos educacionais por ser uma pedagogia científica que aborda dois componentes principais sendo “[...] o ambiente, que inclui os materiais e exercícios educacionais, e os professores, que preparam esse ambiente.” (LILLARD, 2017, p. 45). Sendo assim, a abordagem do método inicia-se com a preparação de um ambiente. Essa preparação é realizada por um adulto, no caso, o professor, que através de observações poderá proporcionar um espaço que permita o desenvolvimento da criança de forma livre, natural e espontânea.

1.11.3. A importância da composição do espaço físico

Para Maria Montessori, era importante que o espaço da escola despertasse o interesse dos pequenos, permitindo que eles se movimentassem livremente e utilizassem os recursos disponibilizados para se desenvolver.

Em uma sala de aula montessoriana, portanto, as cadeiras e as mesas são móveis, há tapetes no chão, os materiais e recursos lúdicos ficam ao alcance dos pequenos e elementos naturais — como rochas, plantas e até animais — fazem parte do ambiente.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Além disso, todos os materiais são dispostos em prateleiras baixas que ficam ao alcance dos pequenos.

Só há um exemplar de cada material. Quando um aluno deseja brincar ou interagir com um recurso, como a Torre Rosa, por exemplo, deve esperar até que ele seja liberado por quem quer que esteja utilizando-o no momento. Ao terminar de brincar, os alunos são ensinados a devolvê-los ao seu local de origem.

Por fim, vale enfatizar que no ambiente preparado Montessori tudo é lavável e que os recursos estão sempre ordenados de forma a não sobrecarregar a criança.

1.11.4. A aprendizagem em um espaço Montessoriano

A configuração do espaço deve estimular as possibilidades de interação, com o objetivo de manter um ambiente convidativo aos olhos dos pequenos, capaz de fazer com que eles se sintam confortáveis e seguros para construir, buscar, descobrir, aprender e enfrentar desafios.

No dia a dia, os alunos se movimentam livremente, escolhem os materiais que mais chamam sua atenção, movem itens de mobília e retiram os recursos de que necessitam, sem recorrer a um adulto. Trata-se de um ambiente onde a descoberta e o aprendizado são estimulados e valorizados!

Nesse ambiente, os assuntos são arranjados por áreas:

Vida Prática, Linguagem, Estímulos Sensoriais, Lógica e Matemática, Artes e Ciências. Não há, no entanto, um horário fixo para cada um desses campos.

Os materiais estão sempre dispostos do mais simples ao mais complexo, disponíveis para quando os alunos necessitarem deles. Assim como no dia a dia, uma atividade geralmente favorece mais do que uma única habilidade e conhecimento. Há recursos de linguagem que demandam raciocínio lógico matemático, e vice-versa, por exemplo.

Além disso, a maioria das atividades depende do contato com as mãos. Um dos pressupostos da metodologia é justamente que o sentido do tato facilita a absorção de significados e a percepção do mundo. Portanto, podemos dizer que a aprendizagem se dá majoritariamente a partir de atividades manuais.

A organização do ambiente preparado Montessori é uma forma de incentivar a criança a organizar os próprios processos cognitivos!

Atividades ligadas à vida prática

Em uma escola onde o método Montessori se faz presente, as atividades ligadas à vida prática contribuem para que as crianças desenvolvam habilidades motoras de forma significativa, pois para Montessori, esses exercícios da vida prática estabelecem um paralelo



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

entre os exercícios musculares ligados ao componente curricular de educação física e as atividades realizadas durante a vida prática.

Seria interessante estabelecer um paralelo entre os exercícios musculares que as crianças comumente realizam durante as horas destinadas à educação física e o exercício muscular exigido pelos diversos 'exercícios da vida prática', espontaneamente escolhidos e executados por elas. [...] logo se verá que se trata de uma verdadeira ginástica em que se exercitam todos os músculos, em todas as partes do corpo, no próprio ambiente em que vive a criança. Esta particularidade não somente explica o sucesso desses exercícios entre crianças, como também vem revelar muito de seu valor formativo. (MONTESSORI, 2017, p. 91).

Através desses exercícios, as crianças poderão exercitar os músculos, além de estar desenvolvendo habilidades práticas de atividades que lhe serão cobradas ao longo de sua vida como, por exemplo, abrir e fechar gavetas, cortar frutas, amarrar cadarço, lavar um copo, entre outras atividades ligadas às práticas do cotidiano da criança.

Esses tipos de atividades criam oportunidades para que as crianças executem sozinhas e sintam-se mais independentes na escola e até mesmo em casa, já que quando uma criança não consegue abrir uma gaveta ou amarrar um cadarço, ela precisa solicitar ajuda de um adulto que pode não estar disponível no momento, ou então não estimulará a criança a fazer sozinha, fazendo tudo por ela, contribuindo com a formação de uma criança dependente do outro. Consequentemente, praticar exercícios da vida prática manifestará um valor formativo e muito significativo às crianças que irão desenvolver independência e autonomia durante todo o processo de aprendizagem. Mas, como esses exercícios da vida prática são executados na escola?

Na visão de Montessori, as crianças poderão realizar atividades da vida prática como, por exemplo, preparar uma mesa, servir os alimentos, colher frutas, entre outras atividades simples, mas muito significativas para o desenvolvimento da independência. Essas atividades serão planejadas de acordo com o ambiente escolar, e as crianças terão autonomia para executá-las.

Vamos conhecer um pouco mais sobre os materiais(brinquedos) Montessorianos.

1.11.5. O que são brinquedos montessori?

Os brinquedos montessori são aqueles que dependem da criança na hora da brincadeira para ganhar uma função. Eles são feitos de materiais, como madeira e tecidos naturais (de origem animal, mineral ou vegetal), são agradáveis ao tato e costumam ter cores primárias.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

À primeira vista, podem parecer menos estimulantes ou atraentes que carrinhos eletrônicos e bonecas de plástico com falas pré-definidas que vemos por aí. Mas é aí que reside o grande avanço deles.

Os brinquedos montessorianos servem como ferramenta para desenvolver a imaginação da criança. A pedagogia montessoriana acredita no valor de um ambiente neutro, que não é hiperestimulante, com poucos brinquedos que sejam bons e estejam organizados na altura da criança.

Peças de encaixar, quebra-cabeças, materiais recicláveis, folhas de papel e tintas costumam ser os escolhidos para quem gosta de seguir a filosofia montessori.

1.11.6. Características dos brinquedos montessori

Os brinquedos montessori tem algumas características muito próprias e são de fácil identificação:

Dependem da criança para ganhar uma função

Podem ter mais de uma função

São confeccionados em materiais como madeira, metal e tecidos de origem animal, mineral ou vegetal

São agradáveis ao tato

Vêm normalmente em cores primárias

São de fácil manuseio

A mesma peça pode ter várias funções.

1.11.7. IDEIAS DE BRINQUEDOS MONTESSORI PARA CADA IDADE

Já aprendemos então que os brinquedos montessori são peças educativas e que auxiliam no desenvolvimento motor e cognitivo dos nossos filhos. Vale lembrar que os brinquedos montessorianos são divididos para cada fase do desenvolvimento das crianças, para serem melhor aproveitados.

Mesmo sendo peças simples, é importante que se adequem a cada etapa do crescimento infantil. Vamos ver algumas dicas de brinquedos para cada fase?

Brinquedos montessori - bebês até 12 meses

Até os 12 meses, os bebês se interessam por brinquedos montessori que trabalham os sentidos. Eles estimulam as crianças com cores, formatos e sons. Veja alguns exemplos.

Móbiles

Um dos primeiros brinquedos comprados para todos os bebês, os móbiles são opções muito boas para essa faixa etária. Os móbiles montessori não costumam ter estímulos musicais e de luzes, mas estimulam as crianças pelo formato e pelas cores e ajudam na percepção visual. Eles podem ser feitos de pano, madeira e outros materiais recicláveis.

Chocalhos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Chocalhos também são uma boa opção para os bebês. Chocalhos montessori costumam ser feitos de materiais como madeira, com pequenos guizos e bolinhas dentro que fazem barulho.

Instrumentos musicais

Depois dos chocalhos, é possível investir em instrumentos musicais feitos de materiais naturais, como os xilofones, tambores e pandeiros. Eles estimulam a criatividade do bebê e ampliam a aproximação com a música e o ritmo, que os chocalhos apresentaram.

Brinquedos geométricos

Nessa fase, os brinquedos montessorianos de encaixar com figuras geométricas simples são bastante recomendados. Eles trabalham habilidades manuais e visuais, coordenação motora e criatividade, além de apresentarem as crianças ao universo das formas e cores.

Rodari

Os rodari são brinquedos montessori semelhantes ao chocalho, quase uma evolução. São feitos de madeira, com bastões e bolinhas dentro, e estimulam o tato, o movimento e a audição.

Painéis sensoriais

Nessa fase também é possível apresentar os bebês a diversos brinquedos montessori sensoriais, feitos com panos, espumas, espelhos inquebráveis, guizos e madeiras. Algumas pessoas fabricam brinquedos desse tipo com madeira e tomadas e interruptores (não ligados na eletricidade), para que as crianças brinquem de encaixar e apertar, aguçando o tato e a visão, por exemplo.

Livros de pano

Os livros de pano também são uma ótima pedida para os bebês. São brinquedos montessorianos que estimulam as habilidades táteis, motoras – com peças de encaixar –, além de introduzir a leitura de forma lúdica e divertida.

Blocos de construção e encaixe

Os blocos de construção já podem ser apresentados aos bebês antes do primeiro ano completo. Podem ser feitos de madeira, espuma ou outro material que estimule o tato, coloridos ou não, e são brinquedos montessori utilizados por várias fases da infância.

Com formatos diferentes, eles permitem que as crianças utilizem a criatividade na hora de brincar e montem seu próprio universo. Outra opção é utilizar torres de encaixe, com pecinhas que formam estruturas, mas que encaixam entre si com diferentes formas geométricas.

Brinquedos montessori 1 a 2 anos

Entre 1 e 2 anos, as crianças se identificam com brinquedos que estimulam movimento, sons e criatividade. Veja algumas opções abaixo.

Carrinhos de madeira



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Nessa fase em que as crianças estão dando os primeiros passos, os carrinhos de madeira podem ser uma boa pedida para auxiliá-las a explorar os lugares. Com pecinhas de montar e encaixar, eles estimulam o movimento, a coordenação motora e o lúdico.

Podem ser utilizados tanto carrinhos grandes de puxar e de empurrar quanto os menores, para brincar com as mãos.

Blocos de construção e encaixe

Os blocos de construção continuam sendo uma boa opção de brinquedos montessorianos. Após o primeiro ano, eles podem ter mais peças, mais encaixes e mais diversidade de montagem.

Instrumentos musicais

Nessa fase os instrumentos musicais podem ser mais diversificados, como tambores maiores, baquetas e ukeleles.

Escadas, rampas, bancos e torres

Rampas, escadas de madeira, torres ou pequenos bancos de madeira são bons brinquedos montessorianos que acompanharão seu filho por muito tempo. São versáteis, podem ser úteis para sentar, se tornam pequenas mesas e ajudam as crianças a alcançarem lugares que sua altura ainda não permite.

Eles possibilitam mais autonomia, independência e segurança, como pede a definição da educação montessorí. As crianças podem utilizar o apoio para alcançar de forma segura prateleiras, pias, mesa e outros locais da casa.

Brinquedos montessori 2 a 3 anos

Nessa mudança de fase entre ser um bebê e uma criança, os objetos de montar seguem em alta. O universo das letras e números já podem ser introduzidos. Veja mais exemplos.

Brinquedos com rodinhas

Com passos um pouco mais firmes, as crianças dessa idade buscam brinquedos que acompanhem seu ritmo. Carrinhos de madeira e brinquedos de empurrar auxiliam as crianças a explorar todo o ambiente.

Letras e números de montar

Brinquedos de montar com letras, números e muitas cores também interessam bastante as crianças nessa fase. Feitos de madeira, estimulam o tato, a coordenação motora e começam a introduzir e instigar a curiosidade pelo mundo da alfabetização.

Blocos de construção

Os blocos de construção seguem como uma boa opção de brinquedo montessori, agora com a possibilidade de ter tamanhos maiores, novas formas geométricas e montagens diferentes.

Painel ou mesa sensorial de atividades



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Um bom painel de atividades montessori é a construção de uma mesa sensorial com objetos não utilizados da casa. Aqui, vale a criatividade: interruptor, tomada, portas para abrir e fechar, fechaduras, chaves. Tudo aquilo que desperta a curiosidade das crianças dentro de casa, mas que, por segurança, não deixamos que elas brinquem.

Brinquedos montessori 3 a 4 anos

No início da pré-escola, as crianças são estimuladas por peças que induzem a criatividade e a imaginação, como os itens abaixo!

Quebra-cabeça de madeira

Nesse início de fase pré-escolar, os brinquedos montessorianos auxiliam bastante no desenvolvimento das crianças. Quebra-cabeças são uma boa opção para estimular o sistema cognitivo.

De madeira, eles são mais fáceis de encaixar e podem vir em diversos formatos: animais, desenhos, casas, formas geométricas. Um quebra-cabeça montessoriano costuma ter um formato diferente de um quebra-cabeça tradicional, o que estimula mais as crianças.

Instrumentos musicais

Instrumentos musicais seguem acompanhando as crianças. Nessa fase, para trabalhar coordenação e musicalização, é possível investir em instrumentos de sopro, como a flauta e a gaita, que pode ser feita de madeira também.

Carrinhos de madeira e bonecos de feltro

Os carrinhos de madeira e bonecos de feltro e pano também são uma boa companhia, estimulando a criatividade e a contação de histórias. É importante que os bonecos não tenham uma expressão facial muito definida, para não limitar as brincadeiras das crianças e incentivar a explorar ações e sentimentos.

Blocos de montar

Os blocos de montar seguem acompanhando o desenvolvimento das crianças. Com o passar dos anos, os blocos montessorianos podem ter mais opções de peças, encaixes e cores para completar a brincadeira.

Brinquedos montessori 4 a 5 anos

Essa é a idade em que as crianças aprendem a escrever o próprio nome e desenvolvem mais habilidades na escola. Alguns brinquedos montessori podem auxiliar nessa descoberta!

Blocos de letras e números

Nessa idade, as crianças começam a ter o primeiro contato com letras e números na escola, identificando sequências numéricas e letras do próprio nome e dos amigos de sala. Os brinquedos montessorianos podem auxiliar com blocos em formas de letras e números para montar as primeiras palavras e números de forma consciente.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Blocos de montar

Com os blocos de montar montessori, as crianças dessa idade expandem as brincadeiras formando brincadeiras mais complexas, como cidades.

Peças de equilíbrio

As peças de equilíbrio montessori também são indicadas para essa faixa etária. Feitas de madeira e de encaixe, elas estimulam a coordenação motora, as habilidades manuais e o raciocínio lógico.

Peças com formatos

Para ativar a criatividade, trabalhos manuais e coordenação, brinquedos montessorianos em formato de animais, bonecos e outros objetos esculpidos em madeira para colorir com tintas são uma ótima pedida.

Brinquedos montessori 5 a 6 anos

No último ano da pré-escola, os brinquedos montessori podem auxiliar as crianças a exercerem a criatividade e darem os primeiros passos para o ensino fundamental.

Brinquedos de papelão

Os brinquedos de papelão são uma boa opção de brinquedos montessori para estimular a criatividade das crianças no fim da pré-escola. Em formato de casas, carros, árvores, são ótimas peças nas brincadeiras e ajudam a criar situações lúdicas como brincadeiras de teatro. Além disso, as crianças podem utilizar as habilidades manuais para colorir as peças e trabalhar o processo criativo.

Fantoches de feltro e pelúcia

Com um maior repertório de palavras e conhecimento de histórias, os fantoches de feltro e pelúcia também são brinquedos montessorianos para a idade. Com eles, as crianças podem inventar histórias, trabalhar o lúdico, a criatividade, o sensorial e brincar de teatro.

Peças de madeira

Peças de madeiras para colorir e montar as próprias histórias podem ser utilizadas também nessa fase. Além de quebra-cabeças com um maior número de peças. Fonte: <https://www.ninhosdobrasil.com.br/brinquedos-montessori>

1.11.8. ESPAÇO LÚDICO MONTESSORIANO – PAE Editora

Uma das ideias de Maria Montessori é que o importante não é ensinar, mas dar condições para que a aprendizagem aconteça de forma lúdica. A brincadeira é uma aprendizagem social, as brincadeiras do adulto com as crianças são essenciais e isto faz com que a criança pense e experimente muitos aspectos. A importância do brincar tem sido evidenciada também em pesquisas recentes, que levam a supor que o



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

brincar pode aumentar a aprendizagem, em particular, aquelas que requerem processos cognitivos mais elaborados.

1.11.9. JUSTIFICATIVA

É sabido que a educação infantil no Brasil atualmente faz parte da educação básica, o ensino infantil é o primeiro contato de crianças de zero a cinco anos de idade com o ambiente escolar e é uma fase fundamental para se estimular o desenvolvimento das habilidades das crianças e ao mesmo tempo ensiná-las a trabalhar os primeiros desafios da infância, como o relacionamento com os colegas de sala por exemplo.

Nessa fase a escola deve desenvolver alguns aspectos, como por exemplo: cognitivo, físico, motor, psicológico, cultural e social das crianças, através de atividades específicas para essa idade, pois nesse período crucial ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas.

Segundo a BNCC a ludicidade deve ser o ponto de partida dos currículos da Educação Infantil, já que estudos recentes revelam ser os primeiros anos os mais preciosos, pois é na primeiríssima infância que:

Se formam, com mais celeridade e consistência, as sinapses cerebrais que definem as capacidades, as habilidades e o potencial intelectual e social da pessoa;

As crianças, por meio das brincadeiras, reelaboram situações, enfrentam desafios, resolvem conflitos, desenvolvem o raciocínio e a criatividade, levantam hipóteses etc.

Portanto, faz-se necessário que os espaços sejam urgentemente ressignificados, a fim de garantir que as crianças possam brincar, investigar, correr, pesquisar, pois quanto mais lúdico, cuidadoso, acolhedor, propositivo e desafiador for o ambiente educacional maior será o desenvolvimento da criança.

Entre os principais benefícios do Método Montessori na educação infantil, podemos destacar a diminuição da ansiedade e de sentimentos de inadequação, o desenvolvimento da observação e da atenção e o estímulo a uma vida mais independente e autônoma.

A ludicidade, compreendida enquanto uma ação humana, quando realizada pela criança de forma construtiva e autônoma, revela uma linguagem que possibilita atribuir sentido ao mundo ao mesmo tempo em que expressa a sua criatividade. Assim, a criança, quando em situação lúdica, posiciona-se com autora diante da vida e do objeto de conhecimento, criando e recriando sentidos por meio do brincar.

Além disso, uma criança criada a partir dos princípios da educação montessoriana costuma ser mais autoconfiante e ciente dos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

seus limites. Sua sensibilidade geralmente é mais aguçada e, assim, tem mais tolerância com aquilo que é diferente.

Assim sendo é de responsabilidade da instituição de Educação Infantil propiciar às crianças brincadeiras, brinquedos e jogos que respeitem a concepção do patrimônio lúdico. Assim, o jogo, o brinquedo e a brincadeira são atribuídos não apenas ao sujeito que brinca, mas às gerações e aos povos que constituem a história.

A brincadeira na educação escolar, está embasada nos direitos de aprendizagem da Base Comum Curricular- BNCC, assim o brincar está associado às abordagens dentro do currículo.

Pode-se identificar em diversos estudos a contribuição dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento da linguagem, raciocínio lógico e matemático, noções espaciais, incentivo ao respeito às demais pessoas e culturas, estímulo a melhor aceitação de regras e, por fim, contribuir no aprendizado acerca da resolução de situações-problema, incentivando o aluno a encontrar possíveis soluções e alternativas.

Muitas escolas contemporâneas ainda mantêm um modelo de ensino tradicional, e assim deixam de promover o aprendizado de forma lúdica, sem considerar o brincar como recurso pedagógico, como uma ferramenta de inclusão, ou mesmo como conjuntura didática dentro dos campos de experiência e das vivências de sala de aula. Na educação Infantil o brincar como parte didática favorece as interações sociais criando vínculos das crianças e seus pares, como na relação do professor e aluno.

Os materiais pedagógicos desenvolvidos por Montessori têm como primórdio oferecer uma maneira para que a criança se desenvolva através do seu próprio esforço, a intencionalidade é a compreensão de mundo através de suas experiências particulares e vivências, de modo a desenvolver a autonomia e a liberdade, implicava associar a educação com a ciência e a maneira de entender a criança.

Em espaços lúdicos Montessorianos são realizadas atividades com propostas livres para as crianças, o material utilizado tem características específicas para cada fase do desenvolvimento seguindo um conjunto de princípios, uma sequência de níveis do mais simples para um nível maior de complexidade, para preparar gradativamente as crianças para as novas aprendizagens, e empregar o lúdico como forma de expressar e respeitar o colega.

1.11.10. Objetivos

A metodologia pedagógica Montessori visa contribuir com o desenvolvimento das crianças, respeitando o ritmo de cada indivíduo e estimulando o conhecimento a partir de diferentes atividades com seus graus de dificuldade.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

1. Promover o ambiente e os materiais adequados para o desenvolvimento natural da criança, dando a ela a chance de perceber seus próprios erros, assim, poderá se desenvolver por meio dos seus próprios esforços e no seu ritmo.

2. Compreender o processo de aprendizagem de cada criança, de maneira singular, podendo assim, desenvolver uma educação mais eficiente.

3. Ajudar a criança a compreender o mundo ampliando assim sua visão do universo, através do conhecimento organizado, estimulando a imaginação e incentivando a criança a fazer o seu papel de acordo com o lugar que ela ocupa no mundo.

4. Propiciar um espaço de aprendizagem adaptado conforme as necessidades da criança. Tornando o ambiente para ela que se sinta livre e independente, priorizando a organização com objetos interessantes e móveis adaptados à sua faixa etária, facilitando e incentivando a descoberta de novos saberes.

5. Capacitar o professor para o envolvimento no processo educativo, interagindo com a criança e confiando que ela pode agir sozinha, mas que a sua presença será sentida caso necessária. Oferecendo os meios que ela se sinta satisfeita e a vontade para aprender de maneira independente.

6. Oferecer os meios adequados para o desenvolvimento e evolução da criança, levando em conta o seu estado emocional e psicológico.

O Espaço Lúdico Montessoriano da PAE Editora utilizará o Método Montessori de ensino, a fim de estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial da criança, estimulando assim as suas potencialidades, mudando a sua percepção em relação ao espaço, explorando seus sentidos, os lugares e as brincadeiras. Ele foi planejado para que a criança se desenvolva de forma completa e equilibrada. Buscando identificar os sinais de eficiência de cada criança individualmente, respeitando assim suas limitações e vontades.

Baseado nas abordagens de Montessori, Waldorf e Pikler, reconhecemos o profundo respeito pela individualidade humana e o reconhecimento de que "toda criança é competente". Tendo como foco principal os processos educativos na educação infantil buscamos o desenvolvimento integral da criança por meio da autonomia e do brincar livre.

Um espaço planejado e composto para atender as necessidades infantis, bem como para despertar a curiosidade e interesse dos pequenos pelo mundo.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

O Espaço Lúdico Montessoriano da PAE Editora tem como objetivo oferecer ambientes acolhedores, prazerosos, divertidos e adequados para um melhor desenvolvimento e aprendizado das crianças, onde elas possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras sentindo-se assim pertencentes ao espaço, estimuladas e independentes.

O Espaço é destinado ao Ensino Infantil, atendendo creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos). Nele, a maturidade e a precocidade serão diferenciadas; a evolução particular da criança será observada criteriosamente para que todas as etapas sejam bem vivenciadas e a criança perpassa os estágios de desenvolvimento com segurança, criatividade, curiosidade e vontade de aprender.

Apoiada na metodologia montessoriana, em que o ambiente e materiais são cuidadosamente planejados para que desenvolva sua autonomia, inteligência e paixão permanente pela aprendizagem.

O espaço contará com materiais que favorecerá a interações em grupo através de diversas atividades de psicomotricidade, artes, histórias, brincadeiras antigas, brincar com o faz de conta, dramatizações, trabalhos manuais, acervo de livros infantis diferenciados e propício para a faixa etária, playground diferenciado dentro da abordagem Montessori, Pikler e Waldorf.

A composição do espaço físico

Para Maria Montessori, era importante que o espaço da escola despertasse o interesse dos pequenos, permitindo que eles se movimentassem livremente e utilizassem os recursos disponibilizados para se desenvolver.

Em um espaço montessoriano as cadeiras e as mesas são móveis, há tapetes no chão, os materiais e recursos lúdicos ficam ao alcance dos pequenos e elementos naturais — como rochas, plantas e até animais.

Só há um exemplar de cada material. Quando um aluno deseja brincar ou interagir com um recurso, como a Torre Rosa, por exemplo, deve esperar até que ele seja liberado por quem quer que esteja utilizando-o no momento. Ao terminar de brincar, os alunos são ensinados a devolvê-los ao seu local de origem.

Por fim, vale enfatizar que no ambiente preparado Montessori tudo é lavável e que os recursos estão sempre ordenados de forma a não sobrecarregar a criança.

1.11.11. A aprendizagem

O objetivo é manter um ambiente convidativo aos olhos dos pequenos, capaz de fazer com que eles se sintam confortáveis e seguros para construir, buscar, descobrir, aprender e enfrentar desafios.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

os alunos devem ter liberdade para que se movimentem livremente, escolher os materiais que mais chamam sua atenção, movam itens de mobília e retirem os recursos de que necessitam das prateleiras. Trata-se de um ambiente onde a descoberta e o aprendizado são estimulados e valorizados!

Os materiais devem sempre estar dispostos do mais simples ao mais complexo, disponíveis para quando os alunos necessitarem deles. Uma atividade geralmente favorece mais do que uma única habilidade e conhecimento.

A maioria das atividades depende do contato com as mãos. Um dos pressupostos da metodologia é justamente que o sentido do tato facilita a absorção de significados e a percepção do mundo. Portanto, podemos dizer que a aprendizagem se dá majoritariamente a partir de atividades manuais.

A disposição dos materiais, os recursos que compõem o espaço, a relação com a natureza, enfim, tudo é pensado para estimular a livre, porém segura, interação da criança com o mundo que a cerca.

É interessante notar que a organização do ambiente preparado Montessori é uma forma de incentivar a criança a organizar os próprios processos cognitivos.

1.12. ESPAÇO CULTURAL ITINERANTE

Uma biblioteca proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. Ela desenvolve competências para a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, permitindo a formação de cidadãos responsáveis e uma sociedade mais desenvolvida culturalmente. A biblioteca disponibiliza serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. É somente através da educação e da promoção cultural que teremos uma nova cultura alicerçada na solidariedade e na paz. A Biblioteca é uma instituição fundamental para o desenvolvimento educacional, cultural e social dos povos modernos, que não pode ser encarada, como simples depósito de livros, mas um espaço para a formação, a partilha e a cidadania. Desde o dia 25 de maio de 2010 foi aprovada a Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Infelizmente nem todos possuem acesso fácil a bibliotecas, o que gera em muitas regiões um baixo índice de leitores e conseqüentemente um baixo índice de sucesso escolar. Garantir acesso a biblioteca, democratizar o acesso à informação e auxiliar o combate à desigualdade social é a meta desse projeto.

1.12.1. OBJETIVOS DA TENDA CULTURAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

O Espaço Cultural Itinerante pretende democratizar o acesso à informação e auxiliar o combate à desigualdade social.

- Valorizar e incentivar o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- Proporcionar oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e o lazer;
- Apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, tendo em conta as formas de comunicação no seio da comunidade;
- Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que confrontem os alunos com ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- Organizar atividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social;
- Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia;
- Promover a leitura, os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da comunidade escolar e fora dela.

1.12.2. AÇÕES

Realização de eventos culturais (biblioteca itinerante) com a TENDA CULTURAL em locais públicos, praças, escolas, clubes, associações, etc. Democratizando o acesso à informação e o contato direto com a leitura.

1.12.3. ACERVO DA BIBLIOTECA ITINERANTE:

ACERVO MULTIMÍDIA

Nº	DESCRIÇÃO	QTDA
1.	SUPER CONTOS	5
2.	SISTEMA INTERATIVO DE PESQUISA- ESTUDANTE	5
3.	SISTEMA INTERATIVO DE PESQUISA- FAMÍLIA	5
4.	APRENDENDO E BRINCADO	5
5.	CURSO DE INGLÊS	5
6.	VÍDEO AULAS - ASSUNTOS VARIADOS	10

LIVROS

Nº	LIVROS	QTDA
1	BIBLIOTECA COMPLETA (ATENDE TODAS AS IDADES)	2040

BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS

QUANT.	CONJUNTO PEDAGÓGICO DE DOMINÓ
1 JOGO DE CADA	MULTIPLICAÇÃO SUBTRAÇÃO



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	<p>DIVISÃO ADIÇÃO FRASES LIBRAS LETRAS QUANTIDADES FORMAS GEOMÉTRICAS METADES DIVISÃO SILÁBICA DESCRIÇÃO POR UNIDADE: MATERIAL: MDF - Nº DE PEÇAS: 28 - 70X35X3 MM (CADA) EMBALAGEM: MADEIRA - 167X98X46 MM FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 03 ANOS</p>
10	CONJUNTO DE MEMÓRIA EDUCATIVA
1 JOGO DE CADA	<p>MEMÓRIA MEUS BRINQUEDOS MEMÓRIA ANIMAIS VERTEBRADOS MEMÓRIA MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO MEMÓRIA PROFISSÕES MEMÓRIA FRUTAS LEGUMES E HORTALIÇAS MEMÓRIA EM LIBRAS MEMÓRIA ALFABETIZAÇÃO MEMÓRIA PLURAL MEMÓRIA NUMERAIS MEMÓRIA ANIMAIS E FILHOTES DESCRIÇÃO POR UNIDADE: MATERIAL: MDF - Nº DE PEÇAS: 40 - 50X50X 3 MM (CADA) EMBALAGEM: MADEIRA - 227X127X40 MM FAIXA ETÁRIA: 06 ANOS</p>
5	<p>QUEBRA CABEÇAS- MAPA MUNDI/PAE MATERIAL: CARTONADO</p>
5	JOGOS DIVERSOS
1 JOGO DE CADA	<p>SEQUÊNCIA LÓGICA - TRÂNSITO - HISTÓRIA - PROFISSÕES -DOMINÓ -DAMA JOGO QUE ESTIMULA A CRIANÇA A MONTAR SEQUÊNCIA DE CERTAS CENAS DO NOSSO COTIDIANO. DESAFIANDO-AS A CADA CENA PROPOSTA. DESCRIÇÃO POR UNIDADE: FAIXA ETÁRIA RECOMENDADA: A PARTIR DE 04 ANOS</p>



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 332 X 107 X 38 MM PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 600G COMPOSIÇÃO / MATERIAL: MDF QUANTIDADE DE PEÇAS: 16 PEÇAS - MEDINDO 75 X 75 X 3 MM (CADA PEÇA)
--	---

MOBILIÁRIO

01 TENDA PANTOGRÁFICA – 6x3 m
12 CADEIRAS
2 MESAS
01 MESA INFANTIL
4 BAÚS
1 TAPETE em E.V.A.

1.13. PROJETO EDUCACIONAL ESTIMULANDO

1.13.1. SALA ESPECIAL DE ESTIMULAÇÃO NEUROEDUCACIONAL

Nos últimos anos, várias instituições e países do âmbito mundial têm observado a importância da atenção e educação da primeira infância para alcançar o desenvolvimento sustentável de nossas sociedades. No acordo coletivo mundial chamado “O Marco de Ação e Declaração de Dakar”, (2000) sobre Educação para Todos, constituíram-se seis objetivos fundamentais. Como o primeiro estabelece “estender e melhorar a proteção e educação integrais da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas”, surgiu a necessidade de construir políticas com a finalidade de permitir a que todas as crianças tenham acesso a programas de atenção e educação de qualidade, em uma situação de igualdade de oportunidades e de desenvolvimento humano. Este objetivo, por sua vez, encontra-se no marco dos direitos das crianças, estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças.

As experiências ocorridas nas etapas iniciais do desenvolvimento humano (pré-natal e primeira infância) exercem uma grande influência na estruturação e funcionalidade do cérebro, refletindo diretamente na qualidade das habilidades sensoriais, emocionais, intelectuais, sociais, físicas e morais inerentes a cada pessoa.

Para trabalhar essa nova abordagem surgiu uma linha de pensamento e ação, a Neuroeducação, em que confluem as Neurociências, a Psicologia e a Educação. Seu objetivo principal é trazer aos pais e educadores os conhecimentos relacionados ao funcionamento do cérebro.

A Neurociência está cada vez mais presente na sala de aula. Ou, mais precisamente, a nossa compreensão de como o cérebro se desenvolve e de que forma isso muda a nossa forma de ensinar. Sendo



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

assim, a terminologia “neuroeducação” traz consigo cada vez mais esta proximidade entre a neurociência e a educação.

Se pensarmos o cérebro como uma árvore com galhos, a neuroeducação é o processo de adicionar mais ramificações. E se o cérebro tem mais ramificações, uma criança pode aprender mais rápido. Esta “religação” ou “ramificação” é baseada em algo chamado neuroplasticidade.

Logo após o nascimento, o cérebro do bebê começa a fabricar conexões entre os neurônios, as chamadas sinapses, que servem para transmitir e armazenar informações. De acordo com estudos, o cérebro de um recém-nascido chega a criar de 2 a 3 milhões de delas por segundo!!! A estimulação pelo tato, a visão, a audição, o olfato e o paladar ativam os justamente neurônios que são os maiores responsáveis pela formação dessas conexões. Do nascimento até mais ou menos 5 anos, ocorre uma grande proliferação de sinapses. É a chamada “mente absorvente”, que funciona como uma esponja e capta tudo à sua volta. O grande potencial de aprendizagem nesta etapa é justamente a capacidade que o cérebro da criança tem de “absorver” vários estímulos ao mesmo tempo, sem nem se dar conta. Com o desenvolvimento do cérebro e a necessidade de processar informações mais complexas, começa um processo natural de seleção que elimina as sinapses menos utilizadas, fazendo com que o cérebro fique mais eficiente e possa “investir” mais energia em um repertório cada vez mais sofisticado.

Por isso, os estímulos sensoriais apresentados à criança desde cedo são como as ferramentas mentais que ela terá para usar no futuro. Crianças precisam de espaço para se movimentar e oportunidades de explorar objetos sozinhas com as mãos.

A infância é, em definitivo, uma etapa para se cuidar: entendê-la transformará o estilo de atenção e educação familiar ou institucional que serão brindadas a este tão precioso momento da vida do ser humano. Várias investigações indicaram que as experiências físicas, sociais, emocionais, cognitivas e sensoriais, as quais estão expostas as crianças, são críticas e cruciais para a organização de seu sistema nervoso e para o desenvolvimento do cérebro, podendo deixar sequelas para toda uma vida. Neste sentido, pais, educadores, psicólogos, assistentes sociais e toda pessoa que conviva com uma criança, leva uma enorme responsabilidade sobre seus ombros: conhecer como se dá o processo de desenvolvimento na infância para entender como atendê-lo e estimulá-lo.

Quais os sistemas sensoriais que devem ser observados?

- Sistema tátil: é o responsável por tudo aquilo que está em contato com a pele. Exemplo: toque (reconhecer um objeto no escuro),



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

preensão, temperatura (sensação de quente e frio), textura (áspero e macio);

- Sistema auditivo: habilidade de reconhecer sons, discriminar, transformar e reagir a sons;
- Sistema oral/gustativo: é o paladar e tudo que é relativo aos estímulos dentro da boca. Exemplo: experimentar sabores doces, salgados, ácidos, azedos ou experimentar alimentos de diferentes consistências;
- Sistema olfativo: é o cheiro, processamento e discriminação de odores;
- Sistema visual: todas as habilidades relativas à visão;
- Sistema vestibular: localizado no ouvido, está relacionado ao movimento e equilíbrio, além de coordenar movimentos, como a conexão entre olho e mão e os dois lados do corpo (coordenação bilateral);
- Sistema proprioceptivo: relacionado à posição do nosso corpo no espaço, a noções de peso, pressão, alongamento e mudança de posição. É o corpo como um todo, tanto em situações estáticas quanto em situações dinâmicas. É devido a este sistema que conseguimos, por exemplo, escrever sem termos que olhar para cada movimento da nossa mão.

Jogos, brincadeiras e outras atividades sensoriais estimulam a inteligência, ajudam na criatividade e permitem que os alunos aprendam mais e melhor. Isso ocorre, pois, o cérebro tem a oportunidade de acionar diferentes canais para a entrada de conhecimento, contemplando todos os estilos de aprendizagem.

Neste sentido, os pais e educadores têm o papel fundamental de proporcionar às crianças todas as experiências e recursos para que construam seu próprio processo de desenvolvimento. Além disso, como o "cabeamento cerebral" dependente da experiência utiliza a informação do entorno emocional, físico, social e cultural para dar continuidade ao projeto arquitetônico cerebral que teve início no ventre materno, é essencial que o adulto modifique vários de seus padrões mentais e comece a preparar um entorno mais adequado, onde meninos e meninas possam experimentar a individualidade, a capacidade de assombrar-se, de ensaiar e errar, a intuição, a criatividade, a autonomia, o processamento de informação de forma "individual" e a possibilidade de questionar, duvidar e mudar de direção.

1.13.2. PROJETO ESTIMULANDO PAE EDITORA

Diante das novas tecnologias e avanços dentro da neurociência voltados para educação achamos importante criar o projeto Estimulando, que visa criar um ambiente estimulante para que a aprendizagem possa ocorrer de maneira estimulante e marcante, possibilitando a formação de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

sinapses variadas, oportunizando aprendizado mais significativo e duradouro. Para isso reunimos um rico material que irá pautar o trabalho do educador, dando oportunidade para que esse possa atuar como mediador capacitado. O projeto será composto dos seguintes itens:

- Centro de leitura
- Adesivo de parede (escreve e apaga) com atividades de estimulação: complete o que falta, jogo da velha, forca e desenho livre
- Baú de madeira exclusivo
- Kit com 10 fantasias
- Kit com 15 fantoches
- 2 conjuntos de mesas infantis com cadeiras
- Tapete sensorial
- Baú pedagógico com jogos de madeira
- Móvel infantil para acondicionar os livros
- Kit de jogos plásticos
- Biblioteca infantil com 250 livros
- Biblioteca técnica com 20 livros
- Painel neuro pedagógico Viso motor.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos e líquidos.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser recolhida pela licitante, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Federal Nº 14.133/2021, devendo apresentar o comprovante para ser aceito no certame, sob o risco de ser desclassificado.

4.5. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de Entrega

5.1. O recebimento do objeto será feito apenas de forma parcial, à medida que for sendo solicitado, devendo ser entregue e instalado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis no local Praça Hermógenes José da Silva, Centro – Quijingue/BA, conforme o estabelecido na Ordem de Fornecimento.

5.2 - A Contratada sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se a Administração o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

5.3 - A Contratada deverá cumprir obrigatoriamente os prazos das entregas solicitadas pela Administração, salvo em caso de alterações, que deverão ser comunicadas em um prazo inferior às 48 horas.

5.4 - No ato das entregas, caso os produtos sejam recusados, os mesmos serão devolvidos, devendo haver reposição de acordo com as exigências editalícias.

5.5 - Na ausência de um ou mais itens solicitados, o fornecedor deverá consultar a Administração quanto à substituição por um produto similar, com dois dias de antecedência. A solicitação deverá ser acompanhada da justificativa em até dois dias antes da entrega e encaminhada à Contratante, que deliberará sobre a aceitação ou não do pedido formulado.

5.6 - O recebimento do objeto, pela Administração, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

a) **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado ou não.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

7.10.2. A data da emissão;

7.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. O valor a pagar; e

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado/continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Com base no Decreto Municipal Nº 81, de 10 de fevereiro de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Quijingue, artigo 8º "Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de **Declaração** contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e **assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado** de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

Qualificação Técnica:

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

meio da apresentação de certidões ou Atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso:

a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes Atestados executados de forma concomitante.

b) Os Atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos Atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.28. Alvará de Funcionamento ou Registro Sanitário - A licitante deverá apresentar cópia do alvará sanitário ou equivalente expedido pelo órgão competente, válido, que comprove que a empresa está autorizada a exercer atividades de manipulação, armazenamento ou comercialização.

8.29. Portfólio ou Catálogo Técnico Detalhado. A empresa deverá apresentar um portfólio ou catálogo técnico atualizado, contendo a descrição detalhada de todos os produtos ofertados, incluindo suas especificações técnicas, como materiais, dimensões, funcionalidades, entre outros.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Fornecer os produtos conforme especificações técnicas exigidas;

9.2. Manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;

9.3. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

9.4. Garantir o transporte adequado, com veículos higienizados;

9.5. Substituir imediatamente produtos que apresentem problemas de qualidade, conservação ou validade.

9.6. O não cumprimento das obrigações sujeitará a empresa contratada às penalidades previstas na Lei Nº 14.133/2021.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para ser substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no processo de contratação;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.423.166,70 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e sessenta e seis reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

12- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, para futuras e eventuais contratações, é dispensável a informação de dotação orçamentária para a cobertura da despesa, devendo ser informada somente quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 7º, § 2º do Decreto Federal Nº 7.892/2013;

12.2. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo correrão à conta dos recursos específicos dos órgãos e entidades participantes, cuja Fonte, Programa, Ação e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos e notas de empenho, quando da efetiva contratação, observado as condições estabelecidas no processo licitatório.

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Quijingue/BA, em 15 de setembro de 2025.

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ
ANEXO III
CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____ (_____).

Local e data

Assinatura e carimbo (do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025
ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
E-MAIL:		VALIDADE DA PROPOSTA:
REPRESENTANTE LEGAL:		
DADOS BANCÁRIOS:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Quijingue, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**.

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

VALOR TOTAL DA PROPOSTA		
RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE		
_____		____/____/____
LOCAL		DATA
_____ ASSINATURA		

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAL

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

ANEXO VI

DECLARAÇÕES

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

Sr. Pregoeiro,

A signatária _____, inscrita no CNPJ
Nº _____, por intermédio de seu responsável legal
_____, portador da Carteira de Identidade Nº _____
e CPF Nº _____, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº
14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do
art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Sim () Não ()

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na
condição de aprendiz:

Sim () Não ()

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no
procedimento licitatório referenciado.

Sim () Não ()

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e
técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou
administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo
comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não
está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da
licitação referenciada.

Sim () Não ()

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os
aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com
as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Sim () Não ()

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os
requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em
especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno
porte, ou cooperativa):



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Sim () Não ()

- Que a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. **040/2025PMQ**, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

(Município sede da empresa), __ de _____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____

CPF Nº _____

(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ
ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE BRINQUEDOTECA PEDAGÓGICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSE ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (º) **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº _____, RG n.º _____, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRÉVIA:

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ** tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 162/2025 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de materiais de brinquedoteca pedagógica para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Quijingue**, Pregão Eletrônico Nº



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

040/2025PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico Nº **040/2025PMQ**, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia ____/____/____ e seu fim no dia ____/____/____, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ _____ (_____)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

Multa:

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (a). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), ** de ***** de ****.

Prefeitura Municipal de Quijingue

CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26

José Romero Rocha Matos Filho

Representante legal do CONTRATANTE

Fundo Municipal de Educação

CNPJ Nº 31.060.316/0001-00

Delma Conceição Silva Rocha

Gestor do Fundo Municipal
Contratante

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ

ANEXO VIII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX

No dia ** de ***** de ****, no (a) **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSE ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

CNPJ:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ *****

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até **/**/****, a contar do dia **/**/****.

CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

1.3 – Os pagamentos devidos à Fornecedora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025PMQ.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 15ª - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Quijingue – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EDITAL